
**PROGRAMA DE APOIO ÀS
REFORMAS SOCIAIS DO CEARÁ
PROARES III - 2ª Fase (BR-L1612)**



Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

Versão Final - Pós Consulta Pública Significativa
Fase de Preparação do Programa
VF - Julho/2023



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO
QUE DÁ
RESULTADO

PROARES



Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI)

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase

**Secretaria da Proteção Social (SPS)
Governo do Estado do Ceará**



Versão VF
Julho 2023

Índice

1	APRESENTAÇÃO	6
2	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	7
2.1	METODOLOGIA E CONCEITOS UTILIZADOS	7
2.1.1	<i>Listagem de partes interessadas</i>	8
2.1.2	<i>Classificações das Pls</i>	9
2.1.3	<i>Representantes</i>	12
2.2	PARTES INTERESSADAS	13
2.3	INDIVÍDUOS E GRUPOS DESFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS	15
3	ENGAJAMENTO DURANTE A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA	16
3.1	CONSULTA PÚBLICA SIGNIFICATIVA DOS DOCUMENTOS	16
4	ENGAJAMENTO DURANTE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	18
4.1	PLANO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – PPM	18
4.2	COMUNICAÇÃO ATIVA ESPECÍFICA – CAE	19
4.3	DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS - DDR	21
5	MECANISMO DE DEMANDAS, RECLAMAÇÕES E QUEIXAS	22
5.1	CANAL DE ATENDIMENTO	22
5.2	PROCEDIMENTO ESPECÍFICO PROARES III 2ª FASE	23
6	CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E COMPROMISSO	24
	ANEXO I - RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA SIGNIFICATIVA DOS DOCUMENTOS SOCIOAMBIENTAIS DA FASE DE PREPARAÇÃO	25

Índice de Tabelas

Tabela 1	Atributos, classificações e pesos na análise de Pls	11
Tabela 2	Níveis de Engajamento	11
Tabela 3	Matriz de identificação e análise de partes interessadas	14

Lista de Siglas

AAS	Avaliação Ambiental e Social	DDR	Divulgação de resultados
AASE	Avaliação Ambiental e Social Estratégica	EaD	Educação a Distância
ALC	América Latina e Caribe	EDGE	Excelência de Projeto para Maior Eficiência
APP	Área de Preservação Permanente	ESF	Equipes da Saúde da Família
APRECE	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará	ESG	Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação	FDCC	Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	FI	Intermediários financeiros
CAE	Comunicação ativa específica	FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
CBMCE	Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	GEE	Gases de efeito estufa
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Ceará	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CEE	Conselho Estadual de Educação	IFC	Corporação Financeira Internacional
CEI	Centro de Educação Infantil	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CEUC	Cadastro Estadual de Unidade de Conservação	IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
CEVAM	Célula da Vigilância Ambiental	IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
CIT	Comissão Intergestores Tripartite	LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas	LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
COEGEMAS	Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social	MDQ	Mecanismo de demandas, reclamações e queixas
COFIEIX	Comissão de Financiamentos Externos	MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará	MPAS	Marco de Políticas Ambientais e Sociais
COMPDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CONMPDEC	Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil	ONU	Organização das Nações Unidas
COVAT	Coordenadoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador e Trabalhadora	PAE	Planos de Ação de Emergência
CPAM	Comitê de Planejamento e Acompanhamento Municipal	PAF	Programa de Achados Fortuitos
CPDI	Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará	PAP	Pessoas Afetadas pelo Projeto
CPS	Consulta Pública Significativa	PASC	Programa Ambiental e Social de Construção
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	PCPE	Programa de Controle de Processos Erosivos e Remediação de Solos
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social	PCSA	Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta
CSMI	Implantação de Complexos Social Mais Infância	PCVF	Programa de Controle de Vetores, Pragas e Fauna Nociva
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde	PDAS	Padrões de Desempenho Ambiental e Social
		PEA	População Economicamente Ativa
		PEPA	Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas
		PEPI	Plano de Engajamento de Partes Interessadas

PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social	SUS	Sistema Único de Saúde
PGE	Procuradoria Geral do Estado	SWOT	Forças - Strengths, Fraquezas - Weaknesses, Oportunidades - Opportunities e Ameaças – Threats
PGEL	Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos	UC	Unidade de Conservação
PGMO	Programa de Gestão de Mão de Obra	UFC	Universidade Federal do Ceará
PGRS	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	UGP	Unidade de Gerenciamento do Programa
PI	Partes Interessadas	URCA	Universidade Regional do Cariri
PIB	Produto Interno Bruto	VIGIDESASTRES	Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres
PIC	Consulta e Participação Informada	VSG	Violência Sexual e de Gênero
PIGE	Programa de Igualdade de Gênero		
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios		
PNE	Plano Nacional de Educação		
PPC	Paridade do Poder de Compra		
PPM	Planos Participativos Municipais		
PRAD	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		
PROARES	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará		
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural		
SAIN	Secretaria de Assuntos Econômicos Internacional		
SEAS	Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo		
SECULT	Secretaria da Cultura		
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará		
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura		
SEJUS	Secretaria da Justiça e Cidadania		
SEJUV	Secretaria do Esporte e Juventude		
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima		
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente		
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão		
SESA	Secretaria da Saúde		
SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social		
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação		
SOP	Superintendência de Obras Públicas		
SPS	Secretaria da Proteção Social		
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social		
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social		
SUAS	Sistema Único da Assistência Social		

Equipe Responsável

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (SPS)

Onélia Maria Moreira Leite de Santana

Secretária da Proteção Social

Sandro Camilo Carvalho

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS

Maria Carmen Leão Almeida Vieira

Coordenadora Geral

Carlos Wagner Rios Pinto

Consultor individual em Monitoramento e Avaliação

Maria Anete Morel de Souza Gonzaga

Consultora individual em Gestão Técnica

Maria de Fátima Lourenço Magalhães

Consultora individual em Coordenação Técnica

CONSULTORIA EXTERNA ESPECIALIZADA

Carlos Halrik Souza Diniz

1 APRESENTAÇÃO

O Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reconhece a importância do envolvimento aberto e transparente entre o Mutuário e as partes interessadas, em particular as pessoas afetadas pelo Programa, como um elemento-chave que pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projetos, aprimorar a aceitação do Programa e contribuir significativamente para o desenvolvimento bem-sucedido de um projeto e sua implementação.

O engajamento das partes interessadas é um processo inclusivo, conduzido ao longo do ciclo de vida de um projeto. Quando adequadamente projetado e implementado, apoia o desenvolvimento de relacionamentos fortes, construtivos e responsivos, importantes para o gerenciamento bem-sucedido dos riscos e impactos ambientais e sociais de um projeto.

O MPAS estabelece o Padrão 10 de Desempenho Ambiental e Social - Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações, que deve ser aplicado a todos investimentos financeiros apoiados pelo Banco, e considera os seguintes objetivos:

- ≥ Estabelecer uma abordagem sistemática ao engajamento das partes interessadas que ajudará o Mutuário a identificar as partes interessadas, especialmente pessoas afetadas pelo projeto, e a construir e manter um relacionamento construtivo com elas;
- ≥ Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas no projeto e permitir que as visões das partes interessadas sejam consideradas no design e no desempenho ambiental e social do projeto;
- ≥ Promover e fornecer meios para um engajamento eficaz e inclusivo com as pessoas afetadas pelo projeto ao longo do ciclo de vida do projeto em questões que possam potencialmente afetá-las ou beneficiá-las;
- ≥ Garantir que as informações apropriadas do projeto sobre riscos e impactos ambientais e sociais sejam divulgadas às partes interessadas de maneira e formato oportunos, compreensíveis, acessíveis e apropriados; e
- ≥ Fornecer às partes interessadas meios acessíveis e inclusivos para levantar questões, propostas, preocupações e queixas e permitir que os Mutuários respondam e gerenciem adequadamente.

É visando alcançar estes objetivos e as diretrizes do Padrão 10 do MPAS que se apresenta neste documento o **Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI)** do **Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase**. O PEPI é a ferramenta utilizada para garantir que todas as partes interessadas relevantes sejam envolvidas e participem adequadamente do processo de tomada de decisão, gestão de riscos e impactos socioambientais e maximização dos benefícios esperados do PROARES III 2ª FASE.

O presente PEPI apresenta a identificação e análise das partes interessadas, as diretrizes para realização da consulta pública significativa dos documentos do Programa, além de apresentar a estratégia para engajamento durante a implementação do PROARES III 2ª FASE.

Por fim o PEPI indica o Mecanismo de demandas, reclamações e queixas que será utilizado para o Programa, e aponta os papéis e responsabilidades no engajamento das partes interessadas no PROARES III 2ª FASE. Este PEPI integra o Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do Programa, apresentado em documento específico.

Registra-se que o presente PEPI passou pelo processo de Consulta Pública Significativa (CPS) da fase de preparação do Programa, e incorporou os resultados do processo, conforme detalhado no item 3.1 deste relatório.



2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação e análise das partes interessadas é um método para identificar e avaliar os **indivíduos, organizações e grupos** que podem afetar ou serem afetados pelo programa. Esse processo envolve a identificação das partes interessadas, a análise de seus interesses, papéis e necessidades, de forma a direcionar as estratégias de engajamento para garantir que suas opiniões e preocupações sejam consideradas ao longo do PROARES III 2ª FASE.

O processo de identificação de partes interessadas começa com a elaboração de uma lista preliminar de partes interessadas com base na experiência anterior do Programa e na análise de documentação relacionada. Em seguida, é feita uma análise mais aprofundada para identificar quais partes interessadas têm maior impacto sobre o Programa e quais têm maior interesse nele.

A identificação das partes interessadas do Programa acontece em duas etapas. A primeira e aqui apresentada, realizou uma *identificação inicial* para composição do PEPI, com base nas informações disponíveis nessa etapa do Programa. Essa identificação poderá ser aprimorada a partir das informações coletadas na *consulta pública significativa dos documentos do PROARES III 2ª FASE*, detalhada neste documento em seção específica.

Em seguida, durante a execução do Programa, a identificação de partes interessadas será tratada como um processo contínuo. As equipes de gestão e execução, deverão atualizar e complementar a identificação e análise de partes interessadas sempre que novas informações estiverem disponíveis, seja pela definição dos municípios a serem atendidos pelo PROARES III 2ª FASE, pela definição dos locais específicos para as intervenções ou por *inputs* do *Mecanismo de demandas, reclamações e queixas* do Programa, também detalhado neste PEPI. Caso ocorra a identificação de nova parte interessada, será feita sua inclusão no PEPI e serão desenhadas atividades de envolvimento e comunicação específicas e adequadas a sua realidade.

O item 3 e 3.1 do SGAS estabelecem os papéis e responsabilidades, incluindo para as ações de Engajamento de Partes Interessadas. A UGP é a responsável pelo PEPI, e coordenará as ações da Empresa Supervisora, Prefeituras Municipais e Construtoras. A Supervisora identificará as partes interessadas locais e realizará consulta pública para cada projeto, antes do início das obras, contando com a participação da construtora e da prefeitura municipal.

2.1 Metodologia e conceitos utilizados

Para identificação e análise das partes interessadas do PROARES III 2ª FASE foi elaborada a *Matriz de identificação e análise de partes interessadas* que agrega de maneira organizada a listagem de PIs identificadas, classificando-as em conformidade com sua influência, papel e categoria no Programa.

Conforme já registrado, tanto a listagem quanto as classificações estabelecidas na Matriz podem e devem ser aprimoradas e atualizadas à medida que o Programa avance em sua implementação. O primeiro marco que poderá resultar no refinamento das informações da Matriz é a *Consulta pública significativa dos documentos socioambientais*, que ocorrerá ainda na etapa de preparação do PROARES III 2ª FASE.

Tanto a definição da listagem de partes interessadas, como a atribuição de categorias se deu com base na análise dos documentos do Programa, da avaliação dos documentos do PROARES anteriores, na consulta aos profissionais da UGP e BID, e na analogia a programas similares.

A seguir apresentam-se informações relativas a cada uma das classificações utilizadas na Matriz de identificação e análise de partes interessadas.

2.1.1 Listagem de partes interessadas

A listagem inicial de partes interessadas partiu de seis grandes agrupamentos de PIs, a saber:

Gestão direta, execução e supervisão

Este agrupamento compreende os envolvidos na gestão, execução e supervisão das atividades do PROARES III 2ª FASE, incluindo o BID, a UGP, as empresas terceirizadas para implementação e seus trabalhadores.

Beneficiário / Usuários

Como beneficiários e ou usuários do Programa listou-se professores e servidores dos equipamentos sociais, famílias beneficiadas, crianças usuárias e outros usuários, incluindo grupos vulneráveis.

Para o caso do PROARES III 2ª Fase, espera-se um alto potencial de presença de indivíduos ou grupos vulneráveis na área direta ou indiretamente afetada pelas obras, podendo ser afetados negativamente por alguns dos riscos ou impactos aqui tratados, e ainda, certamente, farão parte como beneficiários da operação por meio da utilização dos equipamentos sociais a serem implantados pelo Programa.

Governo do Estado do Ceará

O Governo do Estado do Ceará figura como Mutuário do Programa, e possui secretarias e departamentos a serem considerados na listagem de PIs.

Subdividiu-se as secretarias e departamentos entre três subgrupos, a saber: (i) Secretarias e Departamentos de Estado Diretamente envolvidas; (ii) Secretarias e Departamentos de Estado Indiretamente envolvidas; e (iii) Demais Secretarias e Departamentos de Estado.

Os dois primeiros subgrupos foram decompostos em elementos específicos para o Programa.

Municípios que receberão os investimentos

Os municípios que receberão os investimentos ainda não estão definidos nesta etapa. Porém foi possível estabelecer quais departamentos do governo municipal deverão ser minimamente considerados no engajamento de partes interessadas, incluindo a própria figura do prefeito municipal, e os conselhos temáticos municipais.

Listou-se também a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE), fundada em 07 de março de 1968, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter representativo. A APRECE tem por finalidade congregar todos os Municípios cearenses e seus respectivos Prefeitos, representando-os no âmbito estadual e federal, judicial ou extrajudicialmente, se propondo a promover a organização e defesa dos interesses de seus associados¹.

Deverão ser consideradas ainda as Associações Comunitárias Municipais, que deverão ser especificamente identificadas quando da definição dos municípios elegíveis para recebimentos dos investimentos do PROARES III 2ª FASE.

Governo Federal

Algumas pastas do Governo Federal foram consideradas como Partes Interessadas, seja por seu caráter regulador ou pela efetiva participação do Programa. Com destaque a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério da Economia.

A COFIEX² é composta por diferentes órgãos da esfera federal e cuja Secretaria Executiva é a Secretaria de Assuntos Econômicos Internacional - SAIN. A finalidade da Comissão é avaliar programas/projetos do setor público, cuja matriz de financiamento possua recursos

¹ <https://aprece.org.br/aprece/estatuto/>

² <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cofiex>

externos oriundos de Organismos Financeiros Internacionais ou Agências Governamentais Estrangeiras, como é o caso do PROARES III 2ª FASE.

Geral

Outras partes interessadas de grande importância para o Programa foram listadas, como é o caso da população residente nas proximidades dos terrenos selecionados, ONGs Estaduais envolvidas com educação e assistência social, população em geral do Estado do Ceará e órgãos de imprensa.

2.1.2 Classificações das PIs

Categoria

Uma primeira e importante classificação de cada uma das PIs identificadas compreende duas categorias possíveis:

- ≥ **PAP** Pessoas Afetadas pelo Projeto
- ≥ **OPI** Outras partes interessadas (Possam ter Interesse no Projeto)

Segundo as Diretrizes do MPAS do BID *inicialmente, haverá dois grupos de partes interessadas que o mutuário precisará identificar.*

PAPs: o mutuário desenvolverá uma lista de indivíduos/grupos, assim como comunidades, organizações ou empresas, com probabilidade de serem direta, indireta ou potencialmente afetadas pelo projeto, de forma positiva ou negativa. Deve-se focar indivíduos ou grupos que possam sofrer impactos diretos e adversos do projeto; e

Outras partes interessadas: o mutuário desenvolverá uma lista de indivíduos ou grupos que tenham interesse ou influência no projeto ou nas PAPs. Estes podem ser autoridades locais, regionais e nacionais, organizações políticas, empresas, grupos cujas instalações poderão ser usadas ou impactadas pelos projetos, a imprensa, ONGs (locais, nacionais e possivelmente internacionais), acadêmicos, projetos vizinhos e quaisquer outros indivíduos ou grupos que possam estar interessados no projeto em virtude de questões sociais ou históricas, o local do projeto e as sensibilidades associadas ou o setor do projeto.

Influência

Outra divisão importante para a presente análise é a relativa ao potencial de influência de cada PI no planejamento, implementação e operação do Programa:

- ≥ **PP** Participam no planejamento, implementação e/ou operação do PROARES
- ≥ **ID** Influenciam diretamente no planejamento, implementação e/ou operação do PROARES
- ≥ **II** Influenciam indiretamente no planejamento, implementação e/ou operação do PROARES
- ≥ **PI** Pouca ou nenhuma influência

As PIs classificadas como PP são as gestoras, executoras e o BID, que tem alto poder nas definições do Programa. Por outro lado, aquelas classificadas como ID ou II possuem poder limitado de influência na decisão do PROARES III 2ª FASE, e a depender das outras classificações devem ser engajadas e estimuladas a participar das ações de preparação, implantação e operação do Programa.

Papel

Cada uma das PIs teve seu papel esperado no Programa, de modo que seja possível verificar, em conjunto com as demais classificações, as ações de engajamento mais adequadas para cada uma. As PIs podem representar um dos papéis listados abaixo e utilizados na Matriz de identificação e análise de partes interessadas:

- ≥ **EXC** Execução
- ≥ **GET** Gestão
- ≥ **FIN** Financiador
- ≥ **MBC** Município beneficiário e contrapartida
- ≥ **REG** Regulador
- ≥ **BEN** Beneficiário
- ≥ **INT** Interessado
- ≥ **IMP** Impactado

Tipo

Mais uma classificação que busca atribuir mais informações a cada uma das PIs identificadas é o tipo, compreendidos por:

- ≥ **IND** Indivíduos
- ≥ **GRU** Grupos
- ≥ **BCO** Banco
- ≥ **EPV** Empresa Privada
- ≥ **OSC** Organização da Sociedade Civil
- ≥ **ONG** Organizações não governamentais
- ≥ **OGO** Organizações governamentais

Essa classificação não agregou “peso” ao algoritmo de definição do Nível de Engajamento, que será tratado mais adiante, por se entender que o **Papel** (tratado na classificação anterior), é mais adequado para definir quão necessário é o engajamento de cada PI para o sucesso do Programa. Ainda assim manteve-se essa classificação por Tipo como mais uma camada de organização da informação.

Desfavorecidos ou vulneráveis

Apontou-se na *Matriz de identificação e análise de partes interessadas* a presença de **DV** - Desfavorecidos ou vulneráveis na PI analisada. Como será tratado em item específico mais adiante, o potencial de afetação (positiva ou negativa) de indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis deverá ser alvo de avaliação específica a partir da seleção dos municípios e dos terrenos que receberão as intervenções, no âmbito da Avaliação Ambiental e Social (AAS) específica de cada obra, visto que essa definição está direccionalmente correlacionada com o contexto social de instalação dos equipamentos sociais.

Todavia, espera-se que indivíduos e grupos desfavorecidos e ou vulneráveis sejam partes interessadas do PROARES III 2ª FASE, dadas a características do Programa e os objetivos esperados.

Nível de engajamento

Em um esforço de estabelecer níveis de engajamento a serem considerados para cada uma das Partes Interessadas identificadas, definiu-se neste PEPI pesos para os atributos CATEGORIA, INFLUÊNCIA e PAPEL, de modo que a somatória dos pesos atribuídos a classificação realizada apontasse qual o NÍVEL DE ENGAJAMENTO numa escala pré-estabelecida (Tabela 1).

$$\text{Nível de Engajamento} = \Sigma \text{Classificações dos atributos}$$

Tabela 1 Atributos, classificações e pesos na análise de PIs

ATRIBUTO		CLASSIFICAÇÃO	PESO
CATEGORIA	PAP	Pessoas Afetadas pelo Projeto	3
	OPI	Outras partes interessadas (Possam ter Interesse no Projeto)	1
INFLUÊNCIA	ID	Influenciam diretamente no planejamento, implementação e/ou operação do PROARES	4
	II	Influenciam indiretamente no planejamento, implementação e/ou operação do PROARES	2
	PP	Participam no planejamento, implementação e/ou operação do PROARES	1
	PI	Pouca ou nenhuma influência	0
PAPEL	BEN	Beneficiário	3
	INT	Interessado	3
	IMP	Impactado	3
	EXC	Execução	2
	GET	Gestão	1
	MBC	Município beneficiário e contrapartida	1
	REG	Regulador	0
	FIN	Financiador	0

O somatório das classificações cruzadas dos três atributos considerados no algoritmo utilizado neste PEPI pode variar de 1 (um) a 10 (dez), sendo definidas três categorias distintas em termos de níveis de engajamento a serem consideradas, conforme escala e informações a seguir (Tabela 2).

Tabela 2 Níveis de Engajamento

Σ	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	
1	Baixo esforço	Indica que a PIs requer baixo esforço de engajamento. As PIs que alcançam esse resultado geralmente possuem funções de gestão e ou supervisão no Programa, e já contam com engajamento intrínseco à sua atuação. Outras PIs que podem alcançar essa categoria são organizações governamentais distantes da tomada de decisão e dos benefícios específicos do Programa.
2	Baixo esforço	
3	Baixo esforço	
4	Manter informado e atuante	Tratam-se de PIs importantes para o Programa, que devem ser mantidas informadas e principalmente plenamente atuantes, em busca dos objetivos estabelecidos e da sustentabilidade social e ambiental do PROARES III2F. Destaca-se ainda a importante atuação destas PIs no engajamento, consideração das demandas e respostas identificadas junto às partes interessadas que alcançaram o nível "Manter Engajado".
5	Manter informado e atuante	
6	Manter informado e atuante	
7	Manter engajado	As PIs enquadradas no nível mais alto de engajamento são as mais sensíveis aos impactos negativos, bem como aquelas que receberão diretamente os benefícios do Programa. As demandas, anseios e participação destes grupos deverão receber especial atenção da UGP, Contratadas, BID e demais responsáveis pelo PROARES III2F. Os maiores esforços de engajamento deverão ser aplicados a estas PIs, evitando que impactos sociais e ambientais recaiam desproporcionalmente sobre a população e maximizando os resultados do Programa para seu público alvo.
8	Manter engajado	
9	Manter engajado	
10	Manter engajado	

Ações de engajamento

Para o presente PEPI foram definidos cinco grandes grupos de ações de engajamento a serem aplicados as PIs do PROARES III 2ª FASE. Para cada uma das PIs listadas e analisadas na Matriz apontou-se em quais ações de engajamento devem ser incluídas.

- ≥ **CDS** Consulta pública significativa dos documentos socioambientais
- ≥ **PPM** Engajamento na tomada de decisão (Plano Participativo Municipal - PPM)
- ≥ **CAE** Comunicação ativa específica (obras, operação, resultados)
- ≥ **DDR** Divulgação de resultados
- ≥ **MDQ** Mecanismo de demandas, reclamações e queixas

As ações de engajamento serão detalhadas nos itens mais adiante neste PEPI, incluindo informações como meios de comunicação e canais a serem utilizados, ações de mobilização, conteúdos, monitoramentos, resultados esperados e diretrizes para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD³.

2.1.3 Representantes

A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. As Diretrizes do MPAS recomendam que o mutuário também desenvolverá uma lista de representantes formais e/ou tradicionais das partes interessadas, assim como outras partes interessadas importantes, inclusive anciãos, autoridades eleitas, líderes comunitários, líderes de instituições comunitárias formais ou informais nas comunidades afetadas, quando tais representantes ou partes interessadas importantes têm conhecimentos sobre os contextos locais, regionais ou setoriais.

Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

De forma geral, na relação com o Programa, os representantes têm o papel de:

- ≥ Apoiar na comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o Programa;
- ≥ Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- ≥ Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do Programa;
- ≥ Atuar como elo de cooperação para execução do Programa, dentre outros.

A identificação de representantes legítimos é essencial para que não exista problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados.

A partir da definição dos municípios elegíveis e selecionados para recebimentos dos investimentos do PROARES III 2ª FASE, a empresa supervisora deverá realizar a identificação de representantes das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP), certificando-se da legitimidade dos representantes. Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos. A identificação local de PAP e seus representantes constará das AAS específicas de cada obra, a serem elaboradas pela Supervisora.

3 Lei 13.709/2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

2.2 Partes interessadas

A Tabela 3 *Matriz de identificação e análise de partes interessadas* preenchida com as informações obtidas no âmbito da elaboração do presente PEPI é apresentada na sequência, incluindo todas as classificações de atributos utilizados na metodologia estabelecida para o PROARES III 2ª FASE.

A listagem inicial de Partes Interessadas contempla um total de 47 grupos, indivíduos ou organizações, sendo oito considerados Pessoas Afetadas pelo Projeto e os demais Outras Partes Interessadas. O esforço de definição do Nível de Engajamento resultou em cinco PIs que necessitam manutenção constante de engajamento (Manter Engajado), e outras 31 PIs que devem ser mantidas informadas e atuantes.

Uma peculiaridade do PROARES III 2ª FASE são as indefinições geográficas das intervenções do Programa, o que limita o aprofundamento da identificação e análise de Partes Interessadas e seus representantes nesta etapa. Isso é notório ao se avaliar a coluna relativa à ação de engajamento *CPS - Consulta pública significativa dos documentos socioambientais*, que deverá ocorrer ainda na fase de preparação do Programa, e é detalhada mais adiante neste PEPI.

Isso acontece uma vez que ainda não é possível definir as pessoas e os grupos específicos que serão diretamente afetados positiva ou negativamente pelas ações do Programa, impossibilitando que participem do processo de consulta pública em questão.

Por outro lado, um ponto forte do Programa em termos de Engajamento de Partes Interessadas é a participação da população nas tomadas de decisão específicas sobre qual o melhor equipamento social a ser instalado e o local adequado. Os Planos Participativos Municipais (PPM) envolvem a população e convidam à participação social, como será explorado mais adiante.

Tabela 3 Matriz de identificação e análise de partes interessadas

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase

ID	PARTE INTERESSADA	CATEGORIA	INFLUÊNCIA	PAPEL	TIPO	DESAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	AÇÕES DE ENGAJAMENTO						
								CPS	PPM	CAE	DDR	MDQ		
1.	Gestão direta, execução e supervisão													
1.1	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	OPI	PP	FIN	BCO	-	Baixo esforço					DDR		
1.2	UGP (Unidade de Gerenciamento do Programa)													
1.2.1	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Mulheres, Cidadania e Direitos Humanos (SPS)	OPI	PP	GET	OGO	-	Baixo esforço					DDR		
1.2.2	Consultorias contratadas	OPI	PP	EXC	EPV	-	Manter informado e atuante					DDR	MDQ	
1.3	Construtoras contratadas	OPI	PP	EXC	EPV	-	Manter informado e atuante					DDR	MDQ	
1.4	Empresas que fornecerão capacitação	OPI	PP	EXC	EPV	-	Manter informado e atuante					DDR	MDQ	
1.5	Empresas que fornecerão equipamentos	OPI	PP	EXC	EPV	-	Manter informado e atuante					DDR	MDQ	
1.6	Trabalhadores contratados	PAP	PP	EXC	IND	DV	Manter informado e atuante			CAE		DDR	MDQ	
2.	Beneficiário / Usuários													
2.1	Professores e servidores dos equipamentos sociais	PAP	PP	EXC	IND	DV	Manter informado e atuante		PPM	CAE		DDR	MDQ	
2.2	Famílias beneficiadas	PAP	ID	BEN	GRU	DV	Manter engajado		PPM	CAE		DDR	MDQ	
2.3	Crianças usuárias	PAP	ID	BEN	IND	DV	Manter engajado		PPM	CAE		DDR	MDQ	
2.4	Outros usuários	PAP	ID	BEN	IND	DV	Manter engajado		PPM	CAE		DDR	MDQ	
3.	Governo do Estado do Ceará													
3.1	Secretárias e Departamentos de Estado Diretamente envolvidas													
3.1.1	Superintendência de Obras Públicas (SOP)	OPI	PP	GET	OGO	-	Baixo esforço					DDR		
3.1.2	Procuradoria Geral do Estado (PGE)	OPI	PP	GET	OGO	-	Baixo esforço					DDR		
3.1.3	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante					DDR		
3.2	Secretárias e Departamentos de Estado Indiretamente envolvidas													
3.2.1	Secretaria da Cultura (SECULT)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante					DDR		
3.2.2	Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante					DDR		

Tabela 3 Matriz de identificação e análise de partes interessadas

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase

ID	PARTE INTERESSADA	CATEGORIA	INFLUÊNCIA	PAPEL	TIPO	DESAFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	AÇÕES DE ENGAJAMENTO				
								CPS	PPM	CAE	DDR	MDQ
3.2.3	Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.4	Secretaria da Saúde (SESA)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.5	Secretaria de Educação (SEDUC)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.6	Conselho Estadual de Educação (CEE)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.7	Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.8	Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.9	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.10	Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.2.11	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Ceará (CEDEC)	OPI	ID	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
3.3	Demais Secretárias e Departamentos de Estado	OPI	II	GET	OGO	-	Manter informado e atuante				DDR	
4.	Municípios que receberão os investimentos											
4.1	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE)	OPI	II	INT	OSC	-	Manter informado e atuante	CPS	PPM		DDR	MDQ
4.2	Prefeituras municipais											
4.2.1	Prefeitos	OPI	PP	MBC	IND	-	Baixo esforço		PPM		DDR	MDQ
4.2.2	Conselhos ou secretárias de meio ambiente	OPI	ID	MBC	OGO	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ
4.2.3	Conselhos ou secretárias de educação	OPI	ID	MBC	OGO	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ
4.2.4	Conselhos ou secretárias de assistência social	OPI	ID	MBC	OGO	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ
4.2.5	Conselhos ou secretárias dos direitos da criança e do adolescente	OPI	ID	MBC	OGO	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ
4.3	Conselho tutelar	OPI	ID	MBC	OGO	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ
4.4	Instituições religiosas	OPI	II	MBC	OSC	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ

Tabela 3 Matriz de identificação e análise de partes interessadas

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase

ID	PARTE INTERESSADA	CATEGORIA	INFLUÊNCIA	PAPEL	TIPO	DESAFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	AÇÕES DE ENGAJAMENTO				
								CPS	PPM	CAE	DDR	MDQ
4.5	Instituições de ensino	OPI	II	MBC	OSC	-	Manter informado e atuante		PPM		DDR	MDQ
4.6	Associações Comunitárias Municipais	PAP	ID	MBC	OSC	-	Manter engajado		PPM	CAE	DDR	MDQ
4.7	Comitê de Planejamento e Acompanhamento Municipal (CPAM)	OPI	PP	MBC	OGO	-	Baixo esforço		PPM	CAE	DDR	MDQ
5.	Governo Federal											
5.1	Ministério da Economia											
5.1.1	Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)	OPI	II	REG	OGO	-	Baixo esforço				DDR	
5.2	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome											
5.2.1	Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	OPI	II	REG	OGO	-	Baixo esforço				DDR	
5.2.2	Comissão Intergestores Tripartite (CIT)	OPI	II	REG	OGO	-	Baixo esforço				DDR	
5.3	Ministério da Educação	OPI	II	REG	OGO	-	Baixo esforço				DDR	
5.4	Ministério da Saúde	OPI	II	REG	OGO	-	Baixo esforço				DDR	
6.	Geral											
6.1	População residente nas proximidades dos terrenos selecionados	PAP	ID	IMP	GRU	DV	Manter engajado		PPM	CAE	DDR	MDQ
6.2	ONGs Estaduais envolvidas com educação e assistência social	OPI	II	INT	ONG	-	Manter informado e atuante	CPS	PPM		DDR	
6.3	População em geral do Estado do Ceará	PAP	PI	INT	GRU	-	Manter informado e atuante	CPS			DDR	MDQ
6.4	Imprensa municipal	OPI	PI	INT	EPV	-	Manter informado e atuante		PPM	CAE	DDR	MDQ
6.5	Imprensa estadual	OPI	PI	INT	EPV	-	Manter informado e atuante	CPS			DDR	MDQ

2.3 Indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis

Em conformidade com o MPAS, os mutuários devem assegurar que os interesses dos grupos desfavorecidos ou vulneráveis sejam adequadamente representados em todo o processo de engajamento das partes interessadas.

Grupos desfavorecidos ou vulneráveis podem ser baseados em gênero, identidade de gênero ou orientação sexual, idade, raça, deficiência, religião, cor, etnia, estado de saúde, idioma, opiniões políticas ou de outra natureza, origem nacional ou social, propriedade, nascimento, situação econômica, condição social ou outros fatores que os tornem possivelmente mais suscetíveis a impactos adversos ou menos capazes de tirar proveito de um projeto.

Para o caso em questão, é importante citar que de acordo com o critério de linha de extrema pobreza R\$ 150,00 mensal *per capita*, em 2019, 12% da população⁴ cearense estava vivendo em extrema pobreza, o que representava mais de 1,104 milhões de habitantes nessa condição.

Com relação a distribuição etária da população em extrema pobreza, tem-se de forma clara a maior incidência entre crianças e adolescentes. Essa informação não deixa dúvidas de que as crianças, nas faixas etárias iniciais, são as mais afetadas do que qualquer grupo populacional, independente do critério definido de linha de pobreza, o que torna este grupo prioritário nas estratégias de combate à pobreza no Ceará.

Diante deste cenário, que inclusive justifica a implantação do PROARES, deverão ser identificadas PAPs desfavorecidos ou vulneráveis beneficiárias do Programa ou possivelmente impactadas, quando da seleção de municípios e terrenos que receberam os equipamentos sociais. O engajamento dessas PIs será considerado no Planejamento das intervenções, e seleção de terrenos. Os grupos de especial atenção para o PROARES são, mas não se limitam a:

- ≥ Mulheres;
- ≥ Crianças;
- ≥ Jovens;
- ≥ Pobres;
- ≥ Famílias chefiadas por uma só pessoa ou por uma mulher; e
- ≥ Desempregados.

Em alguns casos, como o de vulnerabilidade decorrente de orientação sexual, medidas especiais ou diferenciadas podem ser necessárias para assegurar o engajamento efetivo e inclusivo sem expor o indivíduo/grupo à possível identificação pública, repercussões ou até mesmo perigos físicos.

Para que o engajamento seja efetivo e inclusivo, será priorizado que se leve o engajamento até as PAPs identificadas como desfavorecidas ou vulneráveis, em vez de esperar a sua participação em uma reunião ou comunicação virtual. Nestes casos recomenda-se a aplicação da *CAE - Comunicação ativa específica (obras, operação, resultados)*, que será tratada mais adiante neste PEPI.

Quando for identificado que as intervenções do PROARES provável ou efetivamente impactarem indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, os mutuários ou terceiros que os engajem deverão ter experiência, competência e conhecimento das questões específicas relacionadas com tais indivíduos ou grupos.

4 Governo do Estado do Ceará. INDICADORES SOCIAIS DO CEARÁ. 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/04/Indicadores_Sociais_2019_.pdf

3 ENGAJAMENTO DURANTE A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Consulta pública significativa dos documentos

A **Consulta Pública Significativa - CPS** tem o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Programa planeja engajar as partes interessadas para gerir os riscos e impactos sociais e ambientais ao longo de sua execução.

A consulta significativa é uma pedra angular da tomada de decisões informadas e um aspecto chave do programa de engajamento das partes interessadas de um projeto. A extensão e o grau de engajamento exigidos pelo processo de consulta devem ser proporcionais aos riscos e impactos adversos do projeto e às preocupações levantadas pelas pessoas afetadas pelo Programa e por outras partes interessadas relevantes.

No caso do PROARES III 2ª FASE, a CPS durante a preparação do Programa não conseguirá engajar as PAPs diretamente beneficiadas e ou impactadas pelas intervenções, uma vez que este grupo não está definido nesta fase. Tal lacuna no engajamento de partes interessadas, intrínseca à fase e as características do PROARES, deverá ser solucionada com a realização dos Planos Participativos Municipais (PPM), que serão direcionados ao engajamento dessas PAPs nos municípios que forem selecionados.

A CPS será realizada no período de **25 de abril a 15 de maio de 2023**, contemplando 15 dias úteis de consulta, como parte das etapas de preparação do Programa. As informações executivas da CPS do PROARES III 2ª FASE são apresentadas no quadro a seguir. No ANEXO I deste PEPI apresenta-se o *Relatório da Consulta Pública Significativa dos documentos socioambientais da fase de preparação*, com as informações detalhadas e resultados alcançados na CPS do Programa.

QUADRO RESUMO DE AÇÕES DE ENGAJAMENTO	
CPS - Consulta pública significativa dos documentos	
MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL
Disponibilização <i>online</i> de documentos	Os documentos serão disponibilizados online na página eletrônica do BID e da UGP , nos seguintes endereços eletrônicos: BID https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1612 UGP https://www.sps.ce.gov.br/
Envio de e-mails	Serão encaminhados e-mails com as chamadas para o link de disponibilização dos documentos, informando o dia e horário da reunião online de CPS, e abrindo espaço para sugestões, contribuições, dúvidas e críticas. O público-alvo e forma de encaminhamento é composto por: <ul style="list-style-type: none"> ▪ E-mails para as 36 (trinta e seis) Secretarias do Estado do Ceará ▪ E-mails para os 184 (cento e oitenta e quatro) prefeitos dos municípios do Estado do Ceará ▪ E-mail para Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social- COEGEMAS ▪ E-mail para Superintendência de Obras Públicas - SOP ▪ E-mail para as Secretarias Estadual e Municipais de Meio Ambiente E-mail para Associação dos Prefeitos Municipais do Ceará - APRECE

QUADRO RESUMO DE AÇÕES DE ENGAJAMENTO	
CPS - Consulta pública significativa dos documentos	
MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL
Chamadas em redes sociais	Instagram: @spsceara
Formulário Eletrônico, e-mail e telefone	<p>Durante o prazo da Consulta, as partes interessadas poderão enviar comentários por escrito, vídeo ou áudio via os seguintes canais:</p> <p>Formulário Eletrônico: Será disponibilizado formulário eletrônico de fácil acesso no site de divulgação dos documentos, onde os interessados poderão encaminhar suas manifestações sobre os documentos do PROARES III 2ª FASE.</p> <p>E-mail: Será disponibilizado o endereço de e-mail proares@sps.ce.gov.br para encaminhamento das manifestações.</p> <p>Telefone: Será disponibilizado o telefone 85 98607-2246, preferencialmente com disponibilidade de mensagens no aplicativo WhatsApp.</p>
Reunião <i>online</i>	<p>Será realizada uma reunião online, no formato de audiência pública, com duração aproximada de quatro horas, onde os documentos serão apresentados e será aberto espaço para manifestação das partes interessadas, que terão suas dúvidas, sempre que possível, esclarecidas no ato da reunião.</p> <p>A reunião está prevista para ocorrer no dia 03 de maio de 2023, às 09:00 horário de Brasília, por meio do aplicativo de vídeo chamadas Microsoft Teams.</p> <p>A reunião deverá ser gravada, e publicada como Vídeo no Canal do YouTube do Governo do Estado, para quem se interessar em assistir posteriormente.</p>
MOBILIZAÇÃO	<p>A consulta pública significativa deverá ser divulgada com antecedência mínima de cinco dias úteis no site e nas redes sociais da Secretaria da Proteção Social – SPS. Um release deverá ser produzido e encaminhado para imprensa Estadual.</p> <p>Uma listagem de e-mails deverá ser constituída para o encaminhamento da convocação para CPS, em especial para participação na reunião online.</p>
CONTEÚDO	<p>Os documentos a serem divulgados e consultados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ≥ Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE); ≥ Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS); e ≥ Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI).
MONITORAMENTO	<p>Todas as participações deverão ser registradas, incluindo os encaminhamentos realizados para cada uma delas, incluindo (i) esclarecimentos; (ii) correções e melhorias nos documentos socioambientais do Programa; (iii) alterações e melhorias no escopo do Programa.</p> <p>O alcance da mobilização também deverá ser registrado.</p>
RESULTADOS ESPERADOS	Engajamento das PIs na fase de preparação do Programa e devolutivas realizadas.
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	No caso de manifestações por vídeo, só poderá ocorrer divulgação no caso do consentimento da pessoa que aparece na imagem, por meio de assinatura de instrumento de Autorização de Uso de Imagem, conforme LGPD.

As perguntas e manifestações sobre os documentos consultados serão unificadas em um instrumento de acompanhamento, no formato de planilha simples de controle, e

compartilhados entre UGP, BID e Consultoria, que irão elaborar as respostas e deliberar sobre eventuais modificações nos documentos.

Após incorporar as melhorias do processo de consulta significativa, uma segunda versão de cada um dos três documentos será produzida e integrada ao Programa.

Todas as pessoas que fizerem comentários receberão devolutiva acerca do aspecto em questão. Os meios preferidos para devolutiva serão coletados no ato do recebimento das sugestões.

Em função do PEPI constituir documento elaborado na Fase de Preparação do Programa, a qual prevê a execução de sua consulta pública significativa visando confirmar ou adequar o plano por meio de contribuições das partes interessadas, o Relatório de Resultados da Consulta Pública Significativa é usualmente apresentado Anexo ao mesmo e, neste documento, em seu Anexo I. Cabe registrar que, no caso do PROARES III Fase 2, a consulta pública não implicou em alterações para o três documentos consultados: AASE, SGAS e PEPI.

4 ENGAJAMENTO DURANTE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O engajamento durante a implementação do programa é fundamental para garantir que as partes interessadas continuem envolvidas e informadas sobre o progresso do programa. O envolvimento ativo das partes interessadas durante a implementação pode ajudar a minimizar conflitos, aumentar o apoio ao programa e identificar possíveis problemas ou desafios.

O Mutuário, por meio de sua governança, continuará a engajar e fornecer informações às pessoas afetadas pelo projeto e a outras partes interessadas durante todo o ciclo de vida do Programa, de maneira apropriada à natureza de seus interesses e aos riscos e impactos ambientais e sociais em potencial.

A estratégia de engajamento definida para o PROARES III 2ª Fase durante a implementação se pautará em três linhas de ação, detalhadas na sequência.

4.1 Plano Participativo Municipal – PPM

O Plano Participativo Municipal (PPM) é um instrumento continuado dos PROARES anteriores, que se mostrou bastante efetivo no engajamento das partes interessadas, em especial para as PAPs.

As linhas de ação são definidas com base nos princípios de descentralização administrativa, intersectorialidade nas áreas da educação, cultura, saúde e assistência social, participação da sociedade, estabelecimento de parcerias e sustentabilidade para obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento do PPM.

Coerente com os princípios acima citados, a implementação do PPM se pautará pelas seguintes estratégias de ação:

- ≥ Efetivação de ações articuladas entre as diversas políticas setoriais (saúde, educação, cultura, esporte e assistência social);
- ≥ Promoção de ações integradas e convergentes entre os níveis dos governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil para atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
- ≥ Participação da sociedade civil organizada na formulação, acompanhamento e avaliação do Plano;
- ≥ Revitalização da rede pública prestadora de serviços sociais;
- ≥ Desenvolvimento da capacidade gestora do município, capacitando gestores, conselheiros e profissionais da área e outros atores sociais;

- ≥ Estímulo às ações que contribuam à integração familiar e comunitária, identidade pessoal e convivência social do grupo infante juvenil atendido;
- ≥ Fomento a estudos e pesquisas para a produção de informações que subsidiem a formulação de documentos que retratem a situação da criança, do adolescente e jovem no município;
- ≥ Utilização de indicadores para a montagem do sistema de monitoramento e avaliação do PPM.

A partir da definição dos municípios elegíveis e da escolha dos terrenos os mesmos serão visitados e aprovados pela empresa supervisora, será realizada oficina participativa de apresentação do PROARES III 2ª Fase, a ser realizada no próprio município, na qual deverão ser envolvidos representantes dos vários segmentos da comunidade local.

A tônica do Plano Participativo do Município será a intersectorialidade entre as secretarias e a participação da sociedade civil organizada deste o início., A gestão executiva dos PPM, em nível local, será definida caso a caso, a depender da estrutura administrativa municipal.

As oficinas e demais ações do PPM serão orientadores para tomada de decisão sobre qual equipamento social é o mais adequado, bem como para discussão da adequabilidade do local do terreno selecionado, considerando as demandas sociais e educacionais da população.

4.2 Comunicação ativa específica – CAE

Durante a implementação do projeto, os mutuários devem divulgar informações atualizadas às partes interessadas sobre mudanças no escopo, no cronograma, nos riscos ou impactos, assim como mudanças na área de influência do projeto, e manter um diálogo aberto e relacionamentos com as partes interessadas para preservar a confiança e compreensão e para solicitar comentários.

Os comentários contínuos das partes interessadas são úteis para monitorar riscos e impactos ambientais e sociais e para avaliar a eficácia das medidas destinadas à sua mitigação.

Consultas durante a implementação do projeto também ajudam os mutuários a identificar e abordar preocupações novas ou recorrentes das partes interessadas e gerir as expectativas e a avaliar se os requisitos do plano de ação foram cumpridos. Relacionamentos contínuos também são essenciais para a gestão de eventos imprevistos.

As empresas contratadas fornecerão às partes interessadas acesso às seguintes informações, o mais cedo possível no processo de desenvolvimento do projeto, e em um prazo que permita consultas significativas com as partes interessadas sobre o design do projeto:

- ≥ A descrição da área de influência e das características físicas e técnicas das atividades ou do projeto proposto
- ≥ A duração das atividades do projeto propostas
- ≥ Os riscos e impactos potenciais do projeto nas comunidades locais e no meio ambiente e as propostas para mitigá-los, destacando os riscos e impactos potenciais que podem afetar desproporcionalmente grupos vulneráveis e desfavorecidos e descrevendo as medidas diferenciadas adotadas para evitá-las e minimizá-las
- ≥ Oportunidades potenciais e benefícios de desenvolvimento do projeto para comunidades locais
- ≥ Um resumo dos itens anteriores presentes nesse parágrafo em linguagem compreensiva e não-técnica
- ≥ O processo de engajamento das partes interessadas proposto, destacando as maneiras pelas quais as partes interessadas podem participar

- ≥ A hora e o local das reuniões de consulta pública propostas e o processo pelo qual as reuniões serão notificadas, resumidas e relatadas
- ≥ O processo e os meios pelos quais as queixas podem ser levantadas e serão tratadas

Tais informações devem estar alinhadas com os Programas de Comunicação, Sinalização e Alerta, de Construção e o PAE - Plano de ação de emergência, que serão incorporados aos PGAS específicos das obras.

Para estabelecer a comunicação ativa específica para as obras, a empresa executora deverá cumprir as etapas relativas ao engajamento das partes interessadas antes do início das obras, estabelecidas no SGAS e reproduzidas abaixo.

Identificação e análise de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP)

A partir das informações primárias obtidas nos locais das obras e suas adjacências, a identificação e análise de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP) realizada no âmbito da AAS específica de cada obra deverá ser realizada pela empresa supervisora, em nível de detalhe, de forma a direcionar o engajamento das partes interessadas das obras em específico.

A identificação das PAP deverá seguir a metodologia utilizada na identificação e avaliação de Partes Interessadas deste PEPI, e incorporada nas AAS. Além disso, a identificação e avaliação das PEPI servirão de base para elaboração do Programa de Engajamento de Pessoas Afetadas (PEPA) que deverá constar do PGAS específico de cada obra.

Definição de representantes

Conforme previsto no PEPI, a partir da definição dos municípios elegíveis e selecionados para recebimentos dos investimentos do PROARES III 2ª Fase, a UGP exigirá que as executoras realizem a identificação de representantes das PAPs, certificando-se da legitimidade dos representantes, por meio do Plano Participativo Municipal (PPM). Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

Consulta significativa das partes interessadas para início da obra

As empresas contratadas em conjunto, sempre que possível, com as prefeituras, realizará consulta significativa das partes interessadas para início da obra, engajando as PAPs específicas da obra identificadas. O formato da consulta deverá ser definido no âmbito do PGAS, mais especificamente no PEPA, considerando os resultados específicos das AAS, e deverá priorizar o contato direto com as pessoas, garantindo a informação sobre as atividades e abrindo caminho para comunicação efetiva durante todo período de obras. Essas definições deverão constar do PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas, um dos programas que comporá o PGAS, conforme indicado no MGAS.

As atualizações e informações obtidas deverão ser registradas no PGAS específico da obra, que será devidamente divulgado.

4.3 Divulgação de resultados - DDR

Conforme diretrizes fixadas no SGAS, os documentos relacionados ao projeto, tanto da fase de preparação como de implantação (AASE, SGAS, PEPI, AAS, PGAS e relatórios de monitoramento), serão divulgados de acordo com a Política de Acesso à Informação do BID. O Banco divulgará a documentação relativa aos riscos e impactos ambientais e sociais de todos os projetos classificados como Categoria A ou B, antes da missão de análise durante a preparação do projeto, de acordo com a Política de Acesso à Informação do BID.

Esta documentação refletirá a avaliação e o gerenciamento proposto dos principais riscos e impactos ambientais e sociais do Programa, neste caso a AASE, o SGAS e o PEPI serão fornecidos em versão preliminar e final após a consulta significativa dos documentos.

Para todas as obras, a documentação final ou atualizada, incluindo as AAS, PGAS específicos, ou qualquer relatório de avaliação socioambiental ou plano de gerenciamento novo ou adicional desenvolvido após a aprovação do projeto, também será divulgada quando disponível.

A divulgação dos documentos específicos de cada obra deverá ocorrer no âmbito local, para fácil acesso das partes interessadas. Os PGAS deverão identificar os canais mais adequados para divulgação local destes documentos.

5 MECANISMO DE DEMANDAS, RECLAMAÇÕES E QUEIXAS

De acordo com as Diretrizes do MPAS do BID, o Mutuário responderá a perguntas, preocupações e queixas das partes interessadas afetadas relacionadas ao desempenho ambiental e social do projeto em tempo hábil. Para esse fim, o Mutuário proporá e implementará um mecanismo de queixas e reclamações para receber e facilitar a resolução de tais preocupações e queixas.

Um mecanismo de queixa em nível da operação ou do projeto oferece um meio para abordar e resolver questões e preocupações que surjam entre indivíduos/grupos ou comunidades e o projeto da forma mais antecipada e rápida possível. Consiste em um procedimento ou processo formalizado que recebe e facilita a resolução de reclamações decorrentes de um projeto, assim como solicitações de informações, perguntas, comentários, preocupações e sugestões de melhoria.

As partes interessadas podem apresentar reclamações ou preocupações a respeito de danos causados por um projeto ou que este possa causar no futuro. Um mecanismo de queixa pode ajudar a oferecer resoluções para indivíduos e comunidades adversamente afetados pelo projeto e pode resultar em melhores benefícios do projeto. É um elemento essencial do engajamento efetivo das partes interessadas e uma ferramenta útil para a identificação e gestão de riscos.

O mecanismo de queixas será proporcional ao nível de riscos e impactos do projeto e será acessível e inclusivo.

No caso específico do PROARES III 2ª FASE, será estabelecido um *Mecanismo de Demandas, Reclamações e Queixas (MDQ)*, em linha com Padrão 10 de Desempenho Social e Ambiental e do MPAS, e adequado aos públicos beneficiados e ou potencialmente afetados pelo Programa. Por meio desse mecanismo, pretende-se receber essas preocupações ou afetações e analisá-las para chegar a um acordo mútuo para a resolução das reclamações, sempre buscando uma solução transparente e adequada para as partes interessadas.

5.1 Canal de atendimento

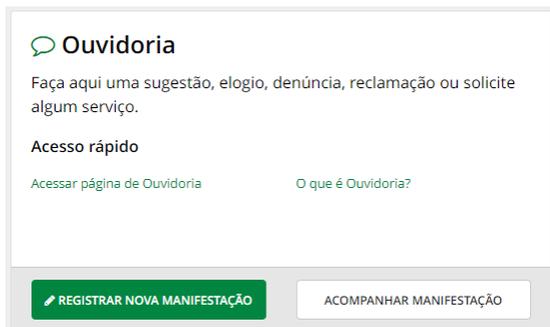
O canal a ser utilizado para recebimento de demandas, reclamação e queixas será o já consolidado “Ceará Transparente” do Governo do Estado do Ceará, disponível no site <https://cearatransparente.ce.gov.br>.

A seguir é apresentado o funcionamento do Portal Ceará Transparente e, no item subsequente, o procedimento específico a ser aplicado no PROARES III 2ª Fase.

O Portal Ceará Transparente tem como objetivo possibilitar que o cidadão se torne um fiscal das ações públicas, aumentando a transparência da gestão e o combate à corrupção no Estado do Ceará, em consonância com a Lei Estadual n.º 13.875/2007 e o Decreto 30.939/2012.

O portal foi concebido para ser um importante instrumento de Transparência das ações do Governo do Estado do Ceará. Com isso, o intuito do Portal é propiciar ao cidadão, por meio de um único canal, o acesso didático e célere às principais informações do Governo do Estado do Ceará. O Canal deverá ser divulgado nos painéis de informação em frente a cada uma das obras.

Os painéis de informação nas obras também deverão contar com a indicação dos contatos em caso de emergência.



No portal o cidadão tem fácil acesso à Ouvidoria do Estado, onde é possível registrar e acompanhar manifestações, incluindo sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias relativas aos serviços públicos.

Além disso, o cidadão pode utilizar os canais abaixo para dialogar e interagir com o Estado do Ceará, seus órgãos e entidades.

✉ ouvidoria.geral@cge.ce.gov.br

☎ Central de Atendimento 155

Depois de receber as manifestações, é função da Ouvidoria, analisar e encaminhá-las às áreas responsáveis. Além disso, a partir das informações trazidas pelos cidadãos, a Ouvidoria pode identificar melhorias e propor mudanças, tal como apontar irregularidades em algum órgão ou entidade. A Ouvidoria Geral do Estado reúne as informações das ouvidorias existentes nos demais órgãos do Estado.

Seguem informações do portal relativas à Ouvidoria⁵:

O que é Ouvidoria?

Em administração pública, Ouvidoria é o canal de comunicação principal entre os cidadãos e as várias instituições governamentais. Essa ferramenta permite um diálogo aberto do cidadão com o poder público. Permite também o controle de qualidade dos serviços públicos, através das sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias recebidas da população. Depois de receber as manifestações, a ouvidoria faz uma análise delas e as encaminha para as áreas responsáveis. Além disso, a partir das informações trazidas pelos cidadãos, a ouvidoria pode identificar melhorias e propor mudanças, tal como apontar irregularidades em algum órgão ou entidade.

É por meio da Ouvidoria que qualquer cidadão pode se manifestar, participar e fiscalizar a administração pública, registrando sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias pensando nas melhorias das políticas e dos serviços públicos.

Como usar: O Ceará Transparente foi feito para facilitar a comunicação entre você, cidadão, e as várias instituições governamentais. O sistema possibilita que você registre novas sugestões, elogios, reclamações e denúncias, acompanhe suas manifestações de forma rápida e simples.

Registrar nova manifestação: Faça sua manifestação, com sugestão, elogio, solicitação, reclamação ou denúncia relativa ao poder público. Depois de criar sua manifestação, você pode acompanhar o atendimento pelo número de protocolo ou acessando seu perfil no Ceará Transparente, ou por meio dos demais canais de atendimento, como por exemplo, Telefone 155 e Rede Sociais, Facebook: /cgeceara e Instagram: @cgeceara.

Estatísticas de manifestações de Ouvidoria: Consulte os números e dados sobre as manifestações de Ouvidoria criadas por cidadãos. Você pode navegar pelos tipos de manifestação – elogio, reclamação, denúncia, sugestão e solicitação – para atualizar os dados exibidos.

5.2 Procedimento específico PROARES III 2ª Fase

As manifestações referentes às ações do Programa deverão ser direcionadas pela Ouvidoria para UGP do PROARES.

⁵ <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/ouvidoria>

A UGP deverá proceder e acompanhar o andamento das respostas aos reclamantes até a finalização da demanda apresentada. A UGP incorporará nos relatórios de progresso do Programa o resumo dos atendimentos do período.

O procedimento de atendimento das demandas, reclamações e queixas apresentadas pelas PIs do Programa seguirá os seguintes passos:

Recebimento da demanda

As demandas poderão ser recebidas por diferentes canais de comunicação sendo, o principal deles, a plataforma “Ceará Transparente”. Essas também podem ser direcionadas diretamente à UGP, à prefeitura municipal, e às equipes locais das empresas contratadas para as diferentes obras do Programa. Todas as demandas deverão ser direcionadas a UGP, independente do canal de comunicação.

As obras deverão contar com sinalização clara e objetiva sobre as informações da obra, os responsáveis e os canais disponibilizados para demandas e queixas, que deverão incluir o canal direto com algum responsável definido na obra. Essa definição deverá constar do PGAS específico.

Análise da Demanda

O receptor da demanda na UGP deverá realizar a análise do teor da manifestação, verificar se há necessidade de encaminhamento para áreas específicas do Programa ou da empresa executora, tal como técnicos responsáveis, ou para equipes locais da gestão municipal, ou ainda se a demanda pode ser resolvida sem a necessidade de encaminhamento, ou seja, casos de dúvidas simples onde o próprio receptor possa dar resolução à questão.

Encaminhamento

Após a análise, a resolução da questão e elaboração da resposta a demanda será encaminhada à Ouvidoria da SPS que responderá ao demandante/reclamante informando dos encaminhamentos.

Acompanhamento

A UGP deverá acompanhar o trâmite de demandas específicas de maior grau de severidade ou urgência para agilizar e intermediar as ações de resposta. Para realizar a triagem e classificação de severidade e urgência das demandas, a equipe socioambiental da UGP deverá estabelecer procedimento em conjunto com a empresa supervisora, estabelecendo os critérios e responsabilidades entre as instâncias da governança. Além disso, todas as demandas deverão ser registradas, num banco de dados, incluindo o registro de informações sobre as respostas e as medidas decorrentes das manifestações.

Resposta ao demandante

O demandante/reclamante deverá ser informado sobre o trâmite da sua demanda, com resposta em até 15 dias corridos.

Fechamento

Uma demanda só pode ser fechada mediante uma resposta ao demandante e no caso de reclamos/queixas a resposta deve conter a resolução da questão. As ações do processo como um todo deverão ser permanentemente coordenadas e registradas pela UGP.

6 CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E COMPROMISSO

Todas as instâncias da governança do PROARES III 2ª Fase deverão conhecer o teor deste PEPI e contribuir, no que lhes couber, para o engajamento das partes interessadas.

A UGP deverá contar com especialista social qualificado em seu quadro técnico, que será o ponto focal das ações do PEPI. Os papéis e responsabilidades estabelecidos no SGAS contemplam as ações de engajamento de partes interessadas para o PROARES III 2ª Fase.

ANEXO I - Relatório da Consulta Pública Significativa dos documentos socioambientais da fase de preparação



Relatório da Consulta Pública Significativa dos documentos socioambientais da fase de preparação

Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE), I Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), I Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI)

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase

**Secretaria da Proteção Social (SPS)
Governo do Estado do Ceará**



Maio 2023

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO	4
2	OBJETIVO DA CONSULTA PÚBLICA SIGNIFICATIVA	4
3	MOBILIZAÇÃO E CHAMAMENTO	4
3.1	Site	5
3.2	Consulta pública	5
3.3	E-mails	5
3.4	Redes sociais	6
3.5	Esforços para fomentar participação	6
4	REALIZAÇÃO DA CONSULTA	7
4.1	Estrutura	7
4.2	Perfil dos participantes	7
4.3	Cronograma	7
5	TRANSMISSÃO	8
6	MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES	8
6.1	Na reunião de consulta	8
6.2	Nos canais de comunicação	8
7	ANEXOS	8
	ANEXO I - Ata da reunião	
	ANEXO II - Lista de presença	
	ANEXO III - Registro das fotos da reunião	
	ANEXO IV - Resultados do questionário disponibilizado no Google Forms	
	ANEXO V – Apresentação UGP	
	ANEXO VI - Apresentação documentos socioambientais	

Equipe Responsável

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL (SPS)

Onélia Maria Moreira Leite de Santana

Secretária da Proteção Social

Sandro Camilo Carvalho

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS

Maria Carmen Leão Almeida Vieira

Coordenadora Geral

Carlos Wagner Rios Pinto

Consultor individual em Monitoramento e Avaliação

Maria Anete Morel de Souza Gonzaga

Consultora individual em Gestão Técnica

Maria de Fátima Lourenço Magalhães

Consultora individual em Coordenação Técnica

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo

Consultora individual em Ciências Sociais e Educação

1 APRESENTAÇÃO

A Consulta Pública foi realizada via Google Meet no dia 11/05/2023, com o intuito de divulgar e debater sobre a preparação do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III - 2ª Fase, e apresentar os documentos socioambientais: i) a Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE), ii) o Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), iii) Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) que integram o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Proares III – 2ª Fase tem como objetivo principal reduzir a vulnerabilidade e o risco social de indivíduos e suas famílias nos municípios mais pobres do Ceará, por meio da sua inclusão em serviços sociais diferenciados, bem como estabelecer bases sustentáveis para o desenvolvimento integral de crianças, fortalecendo o vínculo da criança com a família e a comunidade. O Programa também desenvolverá prioritariamente ações para melhorar a infraestrutura e a qualidade dos serviços sociais para famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

O referido Programa está estruturado nos componentes: (i) Expansão dos Serviços de Proteção Social e melhoria da qualidade dos processos de Gestão.; (ii) Melhoria da Gestão e Planejamento dos Serviços Sociais Desenvolvimento Institucional e Inovação Habitacional e (iii) Administração Avaliação e Monitoramento

A CPS englobou os temas socioambientais abordados nos documentos: Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE), Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) e Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) que foram produzidos com o fim de avaliar os impactos positivos e negativos, além de apresentar as ações de mitigação dos impactos associados ao PROARES III – 2ª Fase como um todo, expressos no Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do BID.

O MPAS realizado, especialmente através do Padrão de Desempenho Ambiental e Social (engajamento das partes interessadas e divulgação de informações), determina que as comunidades afetadas, beneficiadas ou até mesmo as interessadas no Programa, devem ser envolvidas e consultadas. Além disso, entende-se que a consulta e engajamento das partes interessadas tem o objetivo de tornar o processo dinâmico, interativo e contínuo, com representação e envolvimento de diferentes categorias, sendo equitativo e transparente.

Neste contexto, o processo de engajamento de partes interessadas é um instrumento utilizado como elo entre os atores sociais, com a intenção de conjugar interesses da sociedade e do poder público, promovendo a sustentabilidade da intervenção. Assim, configura-se como um canal de comunicação com público diretamente ou indiretamente afetado pelo PROARES III - 2ª Fase. Durante este processo, propostas e críticas podem ser apresentadas, depoimentos colhidos e dúvidas esclarecidas.

2 OBJETIVO DA CONSULTA PÚBLICA SIGNIFICATIVA

A CPS teve como objetivo estabelecer um canal de comunicação junto às partes interessadas em gerir os riscos e impactos sociais e ambientais ao longo da execução do PROARES III – 2ª Fase, construindo um processo de troca de informações que: (i) possibilite ao executor e ao Banco e demais equipes envolvidas nos Projetos conhecer as particularidades das comunidades envolvidas, bem como suas necessidades, possibilitando melhorar a obra e sua relação com a sociedade e (ii) apresentar as obras e seus impactos para cada comunidade afetada pelos projetos.

3 MOBILIZAÇÃO E CHAMAMENTO

A divulgação ocorreu de duas formas: i) a publicação de avisos e chamadas nos canais eletrônicos (incluindo sites oficiais e redes sociais), ii) através de uma atuação mais direta,

com envio de convites específicos via *e-mail* e *whatsapp* para diversas entidades (governamentais ou não) e pessoas consideradas chaves para conhecimento e divulgação da informação.

3.1 Site

Foi criada uma página, no Site oficial da Secretaria da Proteção Social - SPS, com chamamento para a Consulta Pública Significativa já disponibilizando os links necessários, para o acesso aos materiais e documentos produzidos sobre o PROARES III - 2ª Fase

O site <https://www.sps.ce.gov.br/proares-iii/Texto> informa que a consulta estava programada da seguinte forma:

O Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Proteção Social, está em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a contratação de um novo empréstimo para ampliar as ações da segunda fase do Programa de Apoio às Reformas Sociais, o Proares III.

A primeira ação desse processo de negociação é consultar a população sobre os efeitos socioambientais que as obras geram nos municípios. Para isso, estamos iniciando uma consulta pública para ouvir da população sugestões que contribuam com a implantação do Sistema de Mitigação Socioambiental. O sistema será implantado no conjunto dos municípios que serão beneficiados pelo programa.

Este sistema fortalece o compromisso do Governo do Ceará com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Em anexo, você vai conhecer a documentação referente ao sistema. Para opinar, questionar, discutir, envie e-mail para: proares@sps.ce.gov.br

Participe, sua contribuição será importante na execução de boas práticas socioambientais em nosso Estado.

3.2 Consulta pública

As atividades realizadas para a elaboração da consulta incluíram:

- **Divulgação:** Expressiva divulgação no chamamento da população para participação na reunião *on-line* no formato de Consulta Pública. A comunicação para a consulta pública (chamamento) se iniciou com antecedência de 17 dias da sua realização.
- **Organização:** o processo de Consulta foi facilitado por meio do Executor Secretaria da Proteção Social - SPS que providenciou e organizou infraestrutura para a reunião *on-line*, sistema de som, logística e sistema de gravação para transmissão ao vivo.
- **Registro da Consulta Pública:** A consulta foi *on-line* e gravada, também foram tomadas fotos durante a reunião de consulta pública pela equipe de comunicação da SPS.

Foram também disponibilizados na divulgação da consulta pública os documentos Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE); Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) e Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) em formato digital para consulta do público. Além disso, foi realizada uma apresentação do PROARES III - 2ª Fase, pela equipe da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP).

3.3 E-mails

Foram identificadas pessoas, órgãos públicos e privados, instituições, entidades representativas etc. cujas atuações foram consideradas importantes para o processo de Consulta e, conseqüentemente, para o aprimoramento da proposta do Proares III - 2ª Fase.

Foram encaminhados *e-mails* com as chamadas para o link que permitia o acesso aos documentos, e outro link informando o dia e horário da reunião online da Consulta Pública Significativa, e disponibilizados espaços para sugestões, contribuições, dúvidas e críticas, conforme discriminado abaixo:

- *E-mails* para as 36 (trinta e seis) Secretarias do Estado do Ceará;
- *E-mails* para os 184 (cento e oitenta e quatro) prefeitos dos municípios do Estado do Ceará;
- *E-mail* para o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS);
- *E-mail* para a Superintendência de Obras Públicas (SOP)
- *E-mail* para as Secretarias Municipais de Meio Ambiente
- *E-mail* para a Associação dos Prefeitos Municipais do Ceará - (APRECE e APDMC)
- *E-mail* para a Rede de Ouvidores do Ceará
- *E-mail* para a Deputados e Vereadores do Ceará

Foi enviado com antecedência de cinco dias úteis o convite especificado abaixo:

CONVITE

Consulta Pública Significativa – CPS – PROARES III – 2ª FASE

Consulta Pública
Reunio on-line

O Governo do Ceará, por meio da SPS, quer ampliar as ações da segunda fase do Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares III).

Queremos ouvir você sobre como as obras do programa podem afetar o meio ambiente. Para isso, será realizada reunião on-line no formato de Consulta Pública, no dia 11 de maio de 2023, das 9h às 12h, que poderá ser acessada pelo link: <https://meet.google.com/xpv-sxvf-wgd>

Na ocasião, serão apresentados os documentos: Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE); Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS); e Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI). Além disso, haverá espaço para manifestação das partes interessadas, quando a população poderá contribuir com sugestões, dúvidas e críticas sobre o Sistema de Mitigação Socioambiental, que compõe o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID.

A ação fortalece o compromisso do Governo do Ceará com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

• Para saber mais sobre a consulta pública:
www.proares.cecar.gov.br/

• Para opinar, questionar, discutir, envie e-mail para:
profissional@cecar.gov.br

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Proteção Social (SPS), está em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a contratação da 2ª Fase do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III. Uma das ações desse processo de negociação é consultar a população sobre os efeitos socioambientais que as obras geram nos municípios.

Para tanto será realizada uma reunião on-line no formato de Consulta Pública, **dia 11 de maio/2023 de 09:00 às 12:00 horas**, por meio do Link <https://meet.google.com/xpv-sxvf-wgd>, onde serão apresentados os documentos indicados abaixo e será aberto espaço para manifestação das partes interessadas, ouvir da população as sugestões, contribuições, dúvidas e críticas sobre o Sistema de Mitigação Socioambiental, que compõem o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID (MPAS):

Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE);

Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS); e

Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI).

Solicitamos a sua participação e contribuição, as quais serão importantes na execução das boas práticas socioambientais do nosso Estado.

3.4 Redes sociais

Foram também utilizados o *Instagram*: @spsceara e o site www.sps.ce.gov.br

3.5 Esforços para fomentar participação

Durante os 17 (dezesete) dias do chamamento para a Consulta Pública Significativa (CPS) foram intensificados os contatos com as instituições e municípios via telefone e whatsapp no sentido de fomentar a participação de todos.

4 REALIZAÇÃO DA CONSULTA

A CPS foi divulgada no período de 25 de abril a 15 de maio de 2023, contemplando 15 dias úteis de consulta, como parte das etapas de preparação do PROARES III – 2ª Fase

Os documentos foram disponibilizados *online* na página eletrônica do BID e da UGP, nos seguintes endereços eletrônicos: BID, <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1612UGP> e SPS <https://www.sps.ce.gov.br/>

4.1 Estrutura

Durante o prazo da CPS as partes interessadas poderiam se manifestar por diversos canais de comunicação:

E-mail: Disponibilizado o endereço de e-mail proares@sps.ce.gov.br para encaminhamento das manifestações.

Telefone: Disponibilizado o telefone 85 98607-2246, preferencialmente com disponibilidade de mensagens no aplicativo WhatsApp.

Formulário Eletrônico: Disponibilizado no *Google Forms* com perguntas usando a escala *Linkert* e questões abertas abordando os conteúdos dos três documentos: AASE, SGAS e PEPI . Os resultados serão apresentados no Anexo V.

4.2 Perfil dos participantes

Os participantes da Consulta Pública Significativa (CPS) foi composto de Técnicos da UGP/PROARES, Secretários e Técnicos da Assistência Social de Municípios, Coordenadores e Técnicos da SPS, Secretários de Meio Ambiente Municipal, entre outros.

4.3 Cronograma

A Consulta Pública Significativa (CPS) teve o seguinte planejamento:

ETAPAS DA REUNIÃO	TEMPO	RESPONSÁVEL PELA FALA		RESPONSÁVEL
		INSTITUIÇÃO	NOME	
Fala institucional	10 min	Gov Ceará	<i>Secretário Sandro Camilo</i>	<i>Secretário Sandro Camilo</i>
Dinâmica da Reunião	05 min	UGP	<i>Wagner Rios</i>	Wagner Rios

Descrição do PROARES III 2 Fase	15 min	UGP	<i>Fátima Lourenço e Wagner Rios</i>	<i>Anete Morel</i>
Documentos socioambientais (AASE, SGAS e PEPI)	45 min	Consultor	C. Halrik	C. Halrik
Dúvidas e discussões	1 hora	Temas	Temas	-

5 TRANSMISSÃO

A transmissão da CPS foi realizada por intermédio da ferramenta de reuniões *Google Meet*.

6 MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES

6.1 Na reunião de consulta

Os participantes se manifestaram no *chat* elogiando as apresentações dos palestrantes por suas falas terem sido claras e explicativas, além dos slides serem bem elaborados trazendo imagens, gráficos, tabelas que ajudaram na compreensão.

6.2 Nos canais de comunicação

Os participantes se manifestaram *via telefone no período que antecedeu a reunião da CPS*.

7 ANEXOS

ANEXO I - Ata da Reunião

ANEXO II - Lista de Presença

ANEXO III - Apresentação da UGP

ANEXO IV - Apresentação dos Documentos Socioambientais

ANEXO V – Registro das Fotos da Reunião

ANEXO VI – Resultados do Questionário Disponibilizado no *Google Forms*

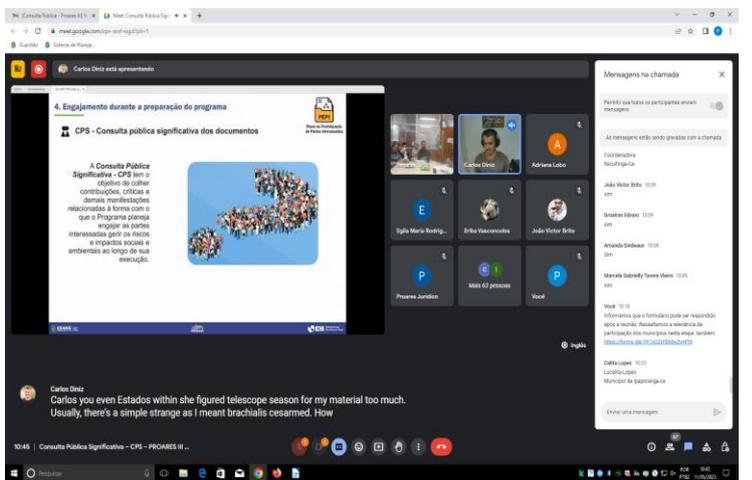
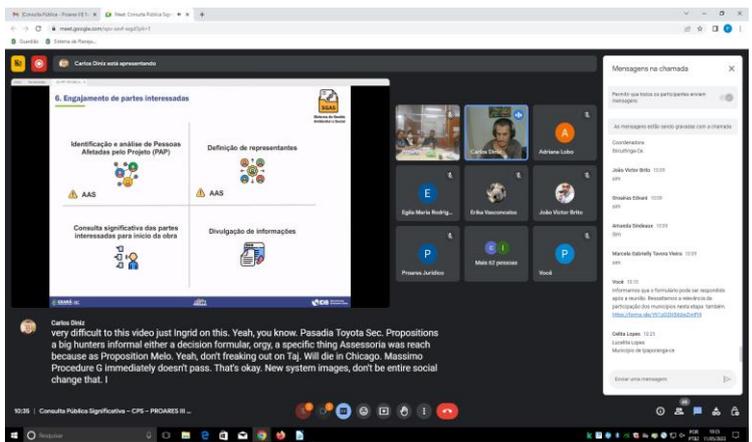
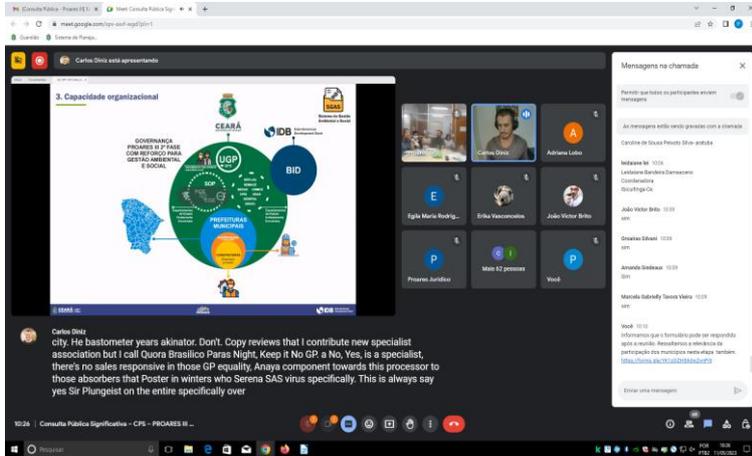
Aos onze dias do mês de maio de 2023, foi realizada reunião on-line no formato de Consulta Pública, dia 11 de maio/2023 de 09:00 às 12:00 horas na Unidade Gerenciamento – UGP do PROARES/SPS, por meio do Link <https://meet.google.com/xpv-sxvf-wqd>, para apresentação dos aspectos referentes aos impactos sociais e ambientais positivos e negativos das obras do Programa. A reunião contou com a participação da Coordenadora do PROARES III, Maria Carmem Leão Vieira, da Equipe da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), Anete Morel, Ivelene Martins, Helena Marinho, Marcílio Pereira, Fátima Lourenço, Wagner Rios e os representantes do BID, Carlos Diniz e Roberto Sallum. Os participantes da Consulta Pública se identificaram no chat com o nome e de onde eram. Durante a reunião foi aberto espaço, pelo chat ou por perguntas, que teriam suas dúvidas e respostas, sempre que possível, esclarecidas no ato da reunião. A reunião iniciou com a fala do Consultor de Monitoramento e Avaliação do Programa Wagner Rios que deu as boas-vindas aos participantes e explicações sobre a dinâmica da Consulta Pública. Em seguida usou da palavra o Secretário Executivo de Planejamento e Gestão da SPS, Sandro Camilo que agradeceu a participação de todos que estavam na reunião, destacou a importância do PROARES III – 1ª Fase para a ampliação da rede de Equipamentos Sociais nos municípios do Estado do Ceará, bem como o objetivo de colher as contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Programa planeja engajar as partes interessadas para gerir os riscos e impactos sociais e ambientais ao longo da execução do PROARES III – 2ª Fase. Destacou também a importância do Sistema de Mitigação Socioambiental, que compõem o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID e o engajamento das partes interessadas durante a implementação do Programa PROARES III - 2ª Fase. A continuidade da reunião de Consulta Pública aconteceu com uma apresentação do PROARES III, feita pela Coordenadora Técnica do Programa, Fátima Lourenço descrevendo os componentes e as ações previstas do Programa em sua 2ª Fase. Em seguida houve a participação do representante do BID Carlos Diniz que apresentou de forma objetiva os três documentos que fazem parte do Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID (MPAS) que são: Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE); Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) e Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI). Após as explicações foi aberto espaço para dúvidas, perguntas e discussões, porém nenhum participante se pronunciou. A Reunião de Consulta Pública Significativa (CPS) foi encerrada e informado que a mesma estava gravada e publicada como Vídeo no Canal do *YouTube* do Governo do Estado, para quem se interessasse em assistir posteriormente.

ANEXO II – Lista de Presença

Nº	Participante	Instituição
01	Maria Missilene de Araújo Moraes	Secretaria da Educação de Pires Ferreira
02	João Victor Brito	Engenharia SPS
03	Marcela Gabrielly Távora Vieira	PROARES/UGP SPS
04	Ingrid Jucá de Brito	UGP/PROARES SPS
05	Francisco Américo Brito Lessa	GEAQUI - PROARES
06	Ricardo Moreira	ASJUR SPS
07	Roberto Sallum	BID
08	Helena Marinho	PROARES
09	Rebeca Pessôa	ASJUR/SPS
10	Nágila Costa Araujo	PROARES
11	Egila Maria Rodrigues Sampaio	PROARES
12	Gildene Oliveira Fausto Normando	SPS
13	Mirlene Mota	
14	Darlan Viana	Secretaria de Assistência Social de Trairi
15	Adriana Lobo	Gestão do SUAS, Município de Pindoretama
16	Francisco Paulo Pimenta	COFIN/SPS
17	Paulo Sérgio Nogueira	Secretário de Educação de Pindoretama -
18	Luciana Oliveira	Secretaria de Assistência Social de Trairi
19	Julio Cesar Lima Batista	Assembleia Legislativa do Ceara e Aratuba
20	Winnie Sousa Cruz	Secretaria de Assistência Social de Itatira
21	Ana Paula Cristóvão	Secretaria Assistência Social de Horizonte
22	Elisabeth Rodrigues da Silva	NASA/SPS
23	Edvani	Município de Groaíras
24	César Medeiros	Consultor Financeiro do PROARES III
25	Jordano Soares de Sousa	ASJUR/SPS

26	Fernanda Freitas de Vasconcelos	Consultora em Direito do PROARES III
27	Milena de Sena Ferreira	Consultora em Direito do PROARES III
28	Liliane Barbosa	Gestora ambiental e coordenadora de fiscalização ambiental da autarquia do meio ambiente de Trairi
29	Ely Costa	Gerente de Aquisições - PROARES III
30	Adriana Teixeira	Advogada Gerência de Aquisições - PROARES III/SPS
31	Ricardo Moreira	ASJUR/SPS
32	Maria Eduarda Rodrigues Braga	Setor Programa Mais Infância/SPS
33	Cláudio Ricardo	Chefe de Gabinete (Chaval/CE)
34	Adriano Alves Garcia Junior	Orientador da Célula Administrativa-CEAD
35	Natalia Leticia Aguiar Rosa	ASJUR/SPS
36	Benildes Uchôa	SEDUC
37	Lillian Gondim	Cultura de Paz COMPAZ -SPS
38	Joao Albery Dias Junior	Coordenador Administrativo-SPS
39	cleiton moreira saboia	Consultor em Direito PROARES III
40	Juliana Almeida	Superintendência de Obras Públicas
41	Heloisa Helena Pereira de Aguiar	Apoio à Coordenação do PROARES III
42	Erika Vasconcelos	Apoio à Coordenação do PROARES III
43	Lara Alcântara Amorim	Gabinete SEXEC-PGI/SPS
44	Amanda Sindeaux	
45	Renata Barros da Silva Vasconcelos	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (SDST)- CAUCAIA
46	Raphael Bruno de Oliveira Silva	Assistente de Gestão - SEXEC-PGI
47	Antão Roque de Freitas	Secretário de infraestrutura
48	Janio Gleidson Loiola Sena	Secretário de meio ambiente
49	Caroline de Sousa Peixoto Silva	Aratuba
50	Leidaiane Bandeira Damasceno	Coordenadora Ibicuitinga-Ce.
51	Lucelita Lopes	Município de Ipaporanga-ce
52	Patrícia Liebmann	SPS/Ceart
53	Glória Matos	Sexec PGI - Secretaria das Mulheres

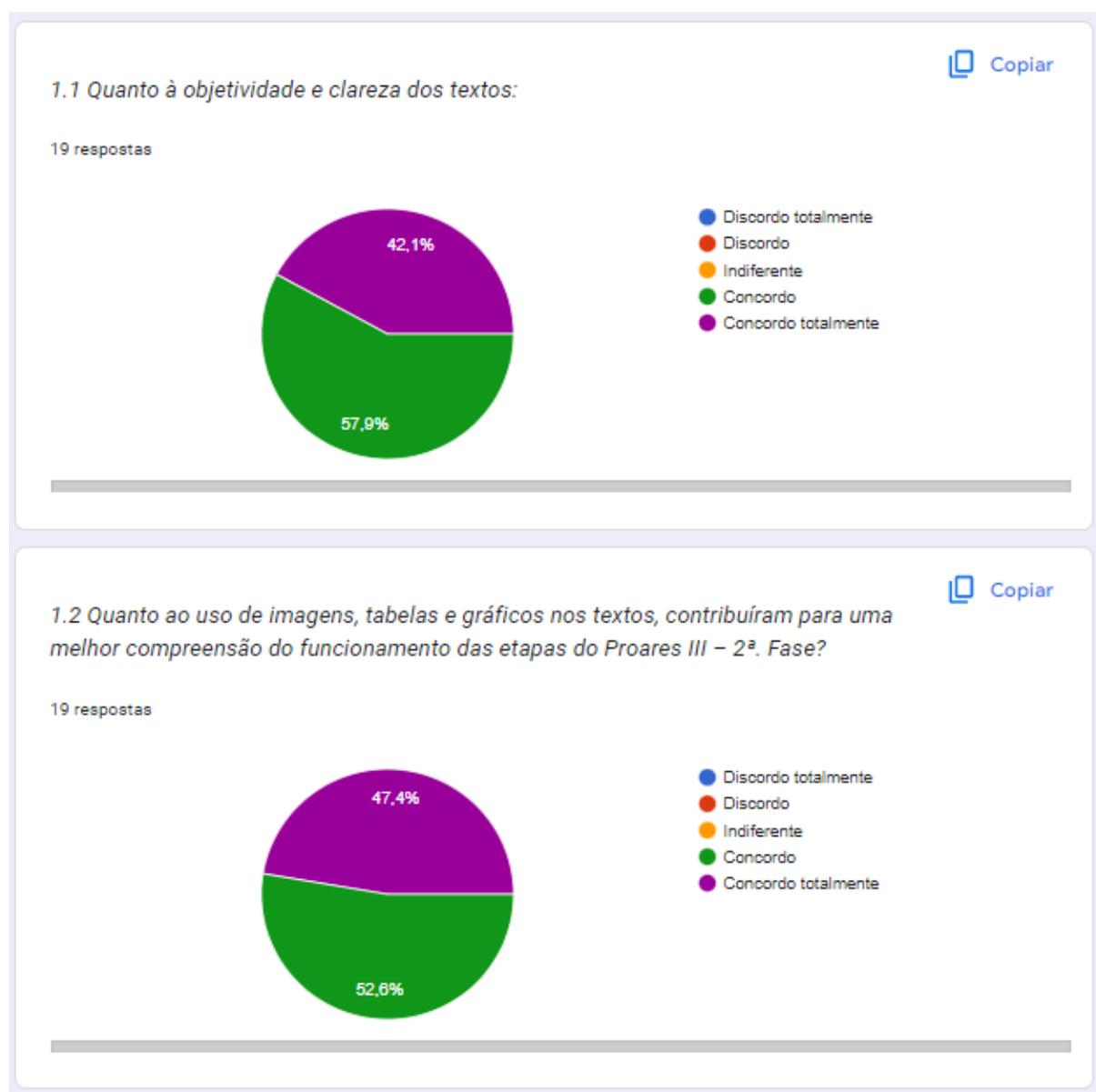
ANEXO III – Registro das Fotos da Reunião



ANEXO IV – Resultados do Questionário Disponibilizado no Google Forms

O questionário foi respondido por 19 participantes dos seguintes municípios: Salitre, Aratuba, Paramoti, Chaval, Caridade, Quiterianópolis, Fortaleza, Parambu, Mombaça, Horizonte, Groaíras, Pires Ferreira, Itatira, Tauá e Maranguape.

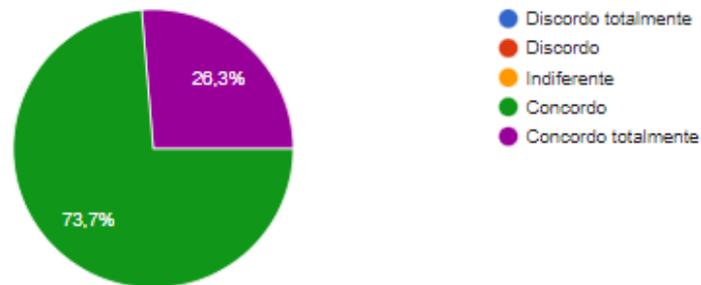
SOBRE OS TRÊS DOCUMENTOS (SGAS, AASE E PEPI), ASSINALE UMA DAS OPÇÕES A SEGUIR PARA CADA PROPOSIÇÃO:



1.3 Quanto aos conteúdos abordados nos documentos:

 Copiar

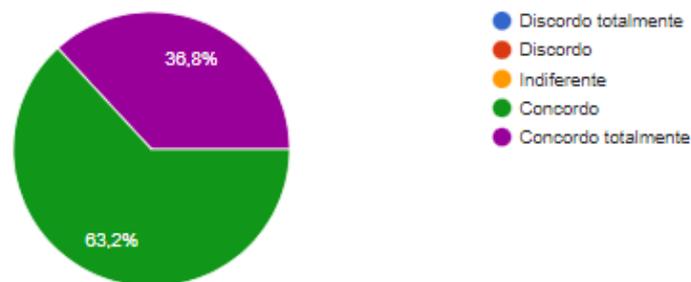
19 respostas



1.4 Quanto à importância das partes interessadas (direta/indiretamente) precisarem ter conhecimento dos temas apresentados nos documentos:

 Copiar

19 respostas

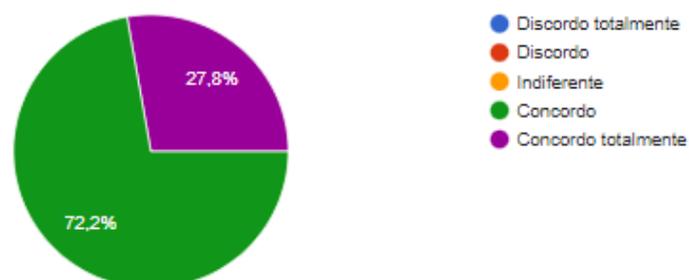


2) SOBRE O DOCUMENTO 1 - SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – SGAS, ASSINALE UMA DAS OPÇÕES A SEGUIR PARA CADA PROPOSIÇÃO:

2.1 Quanto ao objetivo deste documento (página 4), ficou claro?

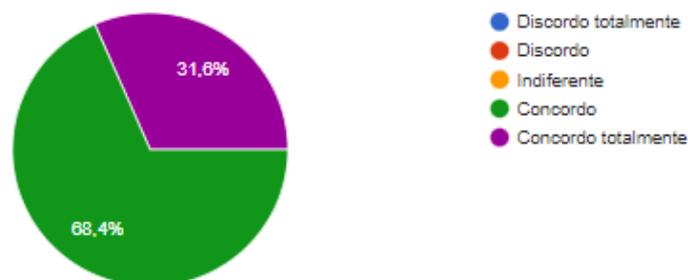
 Copiar

18 respostas



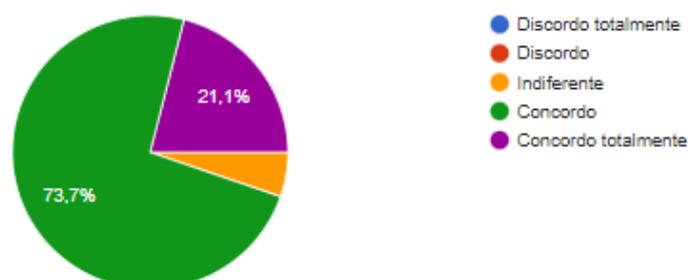
2.2 Quanto aos quatro passos para a fase de implementação do Proares III – 2ª Fase, foram compreendidos?

19 respostas



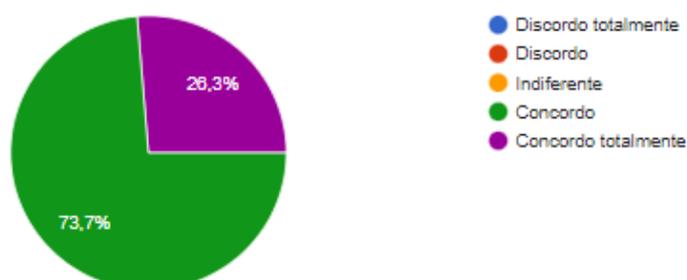
2.3 Em relação ao papel de uma empresa supervisora pelo Proares III – 2ª Fase para ajudar no acompanhamento da gestão das obras dos equipamentos sociais: Centro de Educação Infantil – CEI, Centro de Referência da Assistência social CRAS e Complexos Sociais Mais Infância – CSMI:

19 respostas



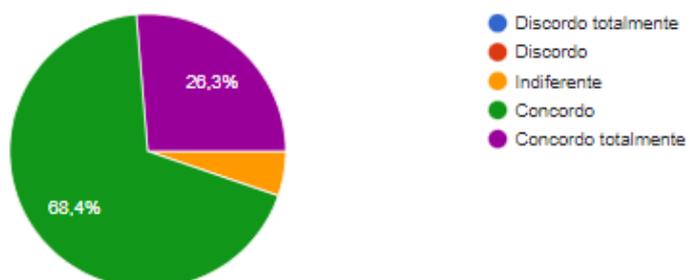
2.4 Sobre os papéis e responsabilidades na gestão de riscos e impactos ambientais e sociais, expressos na tabela 1 (página 10), foram bem explicados?

19 respostas



2.5 Quanto à relevância do mecanismo de Comunicação Ativa Específica – CAE, para proporcionar a interlocução nas obras, operação e resultados:

19 respostas



2.6 Qual a sua sugestão para tornar mais eficiente o Mecanismo de Demandas, Reclamações e Queixas - MDQ e proporcionar maior abrangência e participação das pessoas? (Sugerimos ver também no documento PEPI, as páginas 19 - 21)

7 respostas

Fazer chegar aos Usuários as informações sobre os órgãos que compõe a parceria (uso do rádio por exemplo)

O MDQ é um ótimo canal que permite a participação das pessoas, porém, sugiro que seja criada um ouvidoria no próprio município para que as pessoas mais simples que não tem domínio dessas ferramentas, possam ter um acesso mais direto e que possam orientá-los melhor na hora de enviarem suas demandas, reclamações e queixas.

Caixa de sugestão on-line

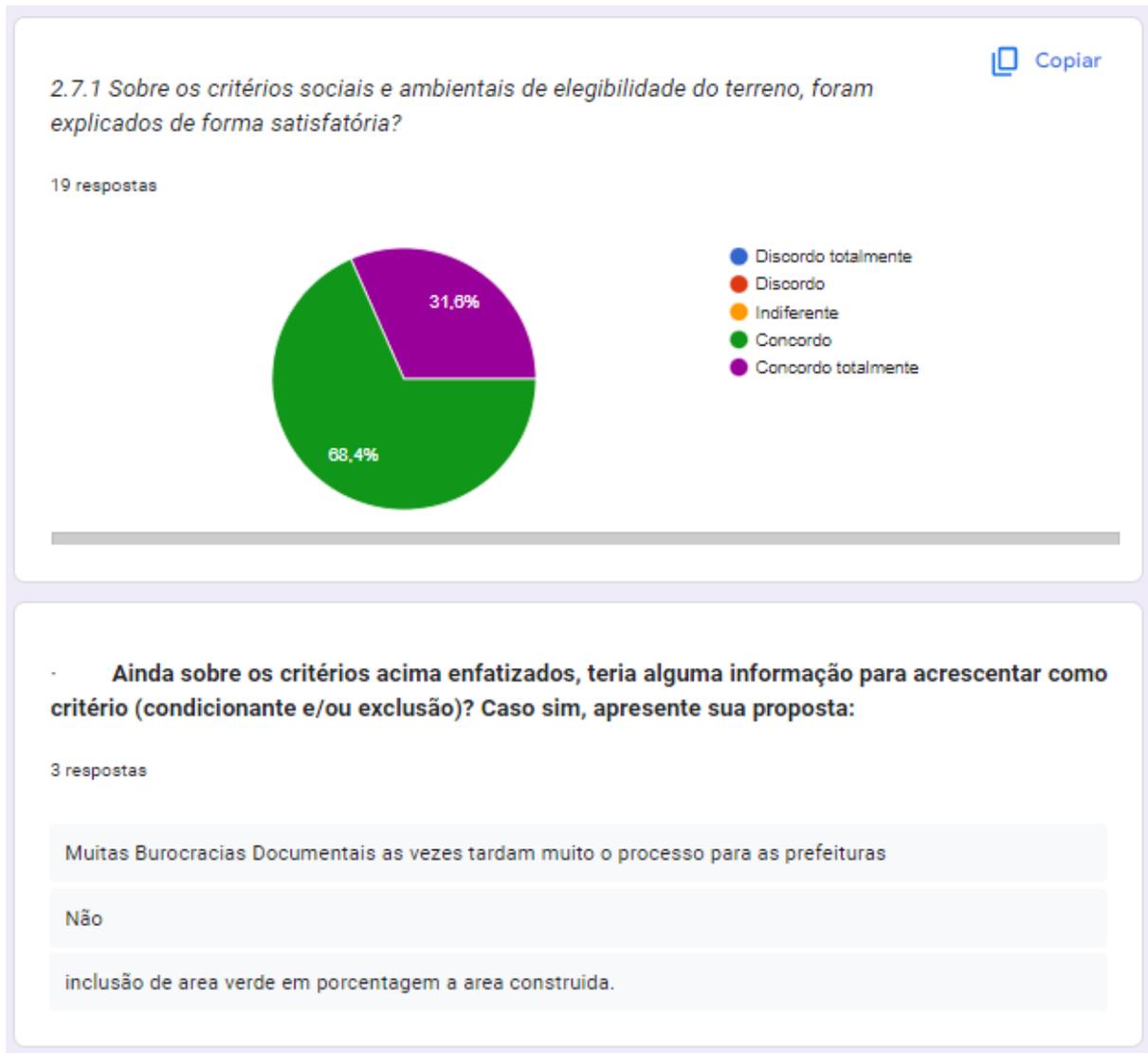
instalação do sistema de ouvidoria e análises frequentes.

Necessário pensar que nem todas as pessoas tem acesso à internet ou domínio desta. Por isso, a importância de um telefone que recebe ligações e mensagens de whatsapp

A METODOLOGIA PORPOSTA IRÁ ATENDER COM CERTEZA OS OBJETIVOS VISADOS

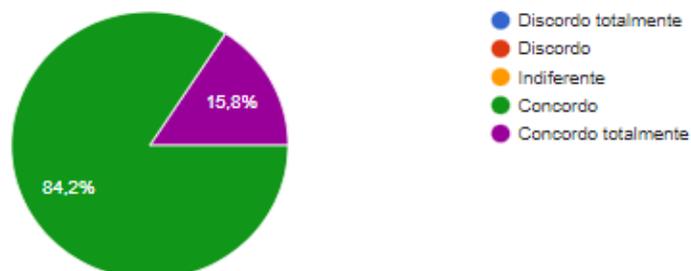
TOTALMENTE CONTEMPLADA COM AS SUGESTÕES APRESENTADAS

2.7 O Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS, que integra o SGAS, do Proares III – 2ª Fase apresenta programas com medidas para evitar ou minimizar os riscos e impactos adversos, que deverão ser detalhados considerando os casos específicos de cada obra, por meio dos instrumentos de gestão estabelecidos, que comporão o Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS de cada obra. De acordo com esse texto, assinale uma das opções para a proposição a seguir e, posteriormente, responda a questão indicada.



2.7.2 Ciente das informações sobre o atendimento das legislações federais, estaduais, municipais e da **Cláusula Social e Ambiental Obrigatória** relacionada ao processo de licenciamento da obra:

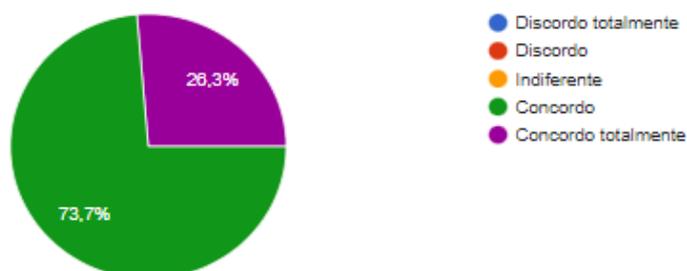
19 respostas



2.7.3 As Avaliações Ambientais e Sociais – AAS específicas para cada obra serão elaboradas por profissionais qualificados da empresa supervisora a partir de incursões e levantamentos primários no local das obras e área de influência aplicável. A elaboração das AAS deverá ser orientada, contar com a colaboração e revisão da equipe de especialistas da UGP. De acordo com esse texto, assinale uma das opções para a proposição a seguir e, posteriormente, responda a questão indicada.

2.7.3.1 Sobre as informações ressaltadas sobre a estrutura e o conteúdo mínimo a ser considerado na elaboração das AAS (páginas. 13 -14), foram esclarecidas?

19 respostas



Ainda sobre a estrutura e o conteúdo mínimo das AAS acima destacados, teria alguma informação para acrescentar como uma parte importante a ser incluída na elaboração da AAS? Caso sim, mencione sua proposta:

5 respostas

NÃO

Não

nao.

2.8 De acordo com esse documento, SGAS, indique os pontos que considera que precisam de mais informações e esclarecimentos:

5 respostas

NENHUM

Foi bem esclarecido.

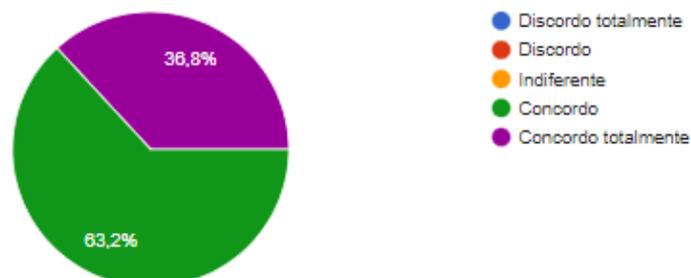
local da obra e capacidade.

3 SOBRE O DOCUMENTO 2 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL ESTRATÉGICA – AASE, ASSINALE UMA DAS OPÇÕES A SEGUIR PARA CADA PROPOSIÇÃO:

3.1 As informações estão claras em relação aos três componentes que integrarão o Proares III – 2ª. Fase?

 Copiar

19 respostas

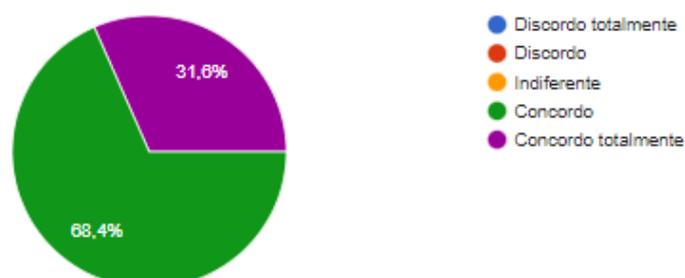


 Copiar

3.2 O diagnóstico ambiental e social do Estado do Ceará abordado nas páginas (11-21)

deste documento AASE está claro?

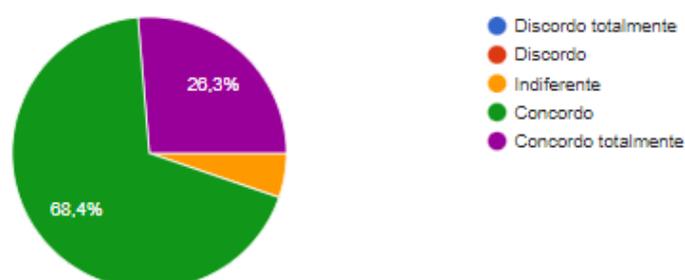
19 respostas



 Copiar

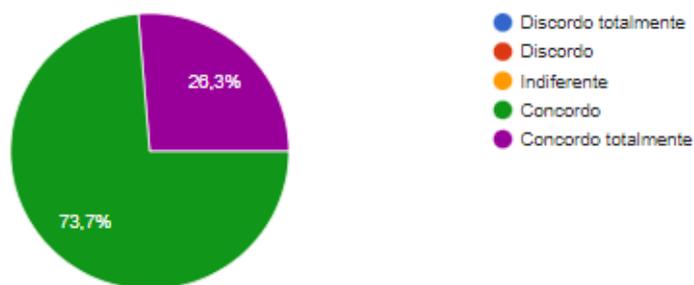
3.3 Nesse documento, AASE, nas páginas (22 - 34), são apresentados os dez padrões de desempenho ambiental e social – PDAS, que foram criados para evitar, minimizar, reduzir, ou mitigar impactos e riscos ambientais e sociais adversos para projetos financiados pelo BID. Os PDAS descrevem os requisitos que o Mutuário deve atender no desenvolvimento e implementação dos projetos. Esses temas foram esclarecidos?

19 respostas



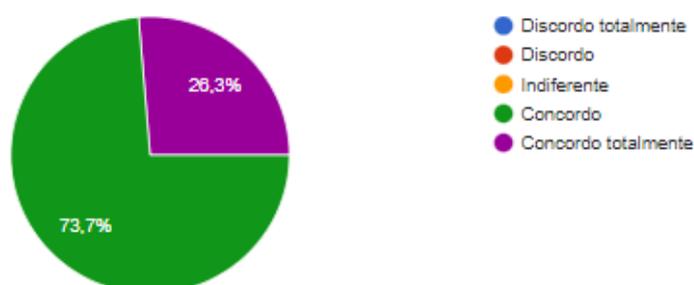
3.4 Ciência das informações apresentadas sobre “Avaliação da capacidade organizacional para a gestão socioambiental do Programa”, destacadas nas páginas (35-44), abordando os temas: Governança; Equipe socioambiental, Sistema de gestão ambiental e social e engajamento de partes interessadas, Disponibilidade de recursos financeiros; Consolidação da avaliação (com base na análise SWOTE - forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Esses temas foram esclarecidos?

19 respostas



3.5 Conhecimento dos conteúdos abordados sobre a “Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos potenciais do Programa”, mencionados nas páginas (45-58), que abrange os seguintes assuntos: Avaliação dos componentes com potencial de riscos e impactos; Metodologia de identificação e análise; Avaliação de riscos e impactos das obras civis. Esses conteúdos foram explicados?

19 respostas



3.7 De acordo com esse documento, AASE, indique os pontos que considera que precisam de mais informações e esclarecimentos:

6 respostas

NENHUM

Resumo com para facilitar a compreensão.

Foram bem esclarecidos.

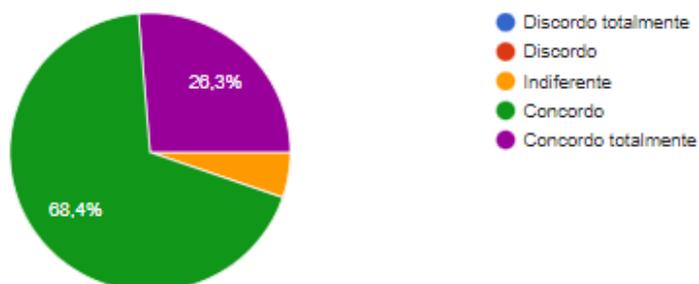
mais informações fluxo de gestão ambiental

4) SOBRE O DOCUMENTO 3 - PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS - PEPI, ASSINALE UMA DAS OPÇÕES A SEGUIR PARA CADA PROPOSIÇÃO:

4.1 Conhecimento dos conteúdos abordados sobre "Identificação e análise das partes interessadas", mencionados nas páginas (5-13), que abrange os seguintes assuntos: Metodologia e conceitos utilizados; Partes interessadas; Indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis. Esses conteúdos foram explicados?

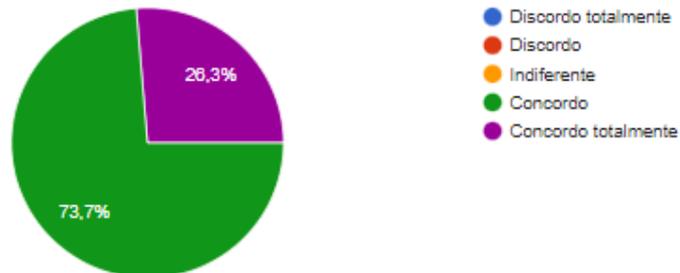
 Copiar

19 respostas



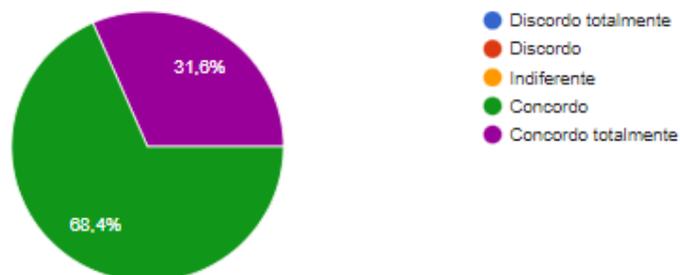
4.2 Ciência dos conteúdos mencionadas sobre o "Engajamento durante a fase de "Preparação" do Programa", ressaltados nas páginas (14-18), que tratam das informações sobre a Consulta Pública significativa referente aos três documentos: SGAS, AASE e PEPI . Esses conteúdos foram esclarecidos?

19 respostas



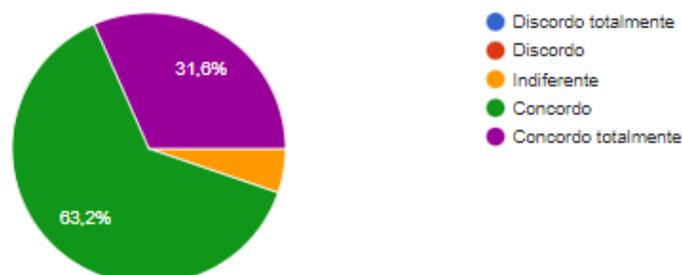
4.3 Conhecimento das informações abordados sobre o "Engajamento durante a "Implantação" do Programa", mencionados nas páginas (16-18), que abrange os seguintes assuntos: Plano Participativo Municipal – PPM; Comunicação Ativa Específica - CAE e Divulgação de Resultados - DDR. Esses conteúdos foram esclarecidos?

19 respostas



4.4 Ciência dos conteúdos mencionadas sobre o “Mecanismo de Demandas, Reclamações e Queixas – MDQ e Capacidade Organizacional e Compromisso”, ressaltados nas páginas (19-21), que abordam os seguintes temas: Procedimento específico – Proares III – 2ª fase e Canal de atendimento. Esses conteúdos foram explicados?

19 respostas



4.5 De acordo com esse documento, PEPI, indique os pontos que considera que precisam de mais informações e esclarecimentos:

5 respostas

NENHUM

Foram bem esclarecidos.

a forma de uso, a capacidade de operação de cada obra

Agradecemos a sua participação!

PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS - PROARES III (2ª Fase)

FORTALEZA – CEARÁ
2023

Programação Financeira do Programa

Orçamento Vigente US\$		
BID	Local	Total
50.000.000,00	21.428.571,00	71.428.571,00

Origem	2024	2025	2026	2027	2028	Total
BID	14.322.508	22.212.140	9.196.809	2.919.976	1.348.567	50.000.000
Contrapartida	6.602.743	9.111.590	3.659.306	1.183.995	870.937	21.428.571
Totais	20.925.251	31.323.730	12.856.115	4.103.971	2.219.504	71.428.571

Componentes do Programa



Componente 1 - Expansão dos Serviços de Proteção Social e melhoria da qualidade dos processo de Gestão

Objetivo - fortalecer a rede de serviços sociais em Educação Infantil e assistência social em ações voltadas para crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social, bem como aos seus familiares.

Ações financiadas pelo Proares III (2ª. Fase)

- i) Infraestrutura física nos municípios selecionados com a construção de: Complexo Social Mais Infância(CSMI), Centro de Educação Infantil (CEI) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- ii) A aquisição de equipamentos, mobiliário e demais bens necessários para a adequada utilização dessas instalações;
- iii) Capacitação inicial para os profissionais que atuarão nestes equipamentos sociais municipais.

Componente 1 - Expansão dos Serviços de Proteção Social e melhoria da qualidade dos processo de Gestão

Equipamentos Sociais	Quant.
Centro de Educação Infantil – CEI (Construção, Aquisição de Equipamentos e Capacitação das equipes)	77
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Construção, Aquisição de Equipamentos e Capacitação das equipes)	20
Complexo Social Mais Infância – CSMI (Construção, Aquisição de Equipamentos e Capacitação das equipes)	4
Consultoria para Elaboração dos Planos Municipais de Gestão Ambiental e Social e de Supervisão das Obras.	1

Componente 1 – Fotos CEI



FACHADA

Componente 1 – Fotos CEI



SALA DE AULA

Componente 1 – Fotos CEI



REFEITÓRIO

Componente 1 – Fotos CEI



SALA DE INFORMÁTICA

Componente 1 – Fotos CEI



PLAYGROUND

Componente 1 – Fotos CEI



SALA DE REPOUSO

Componente 1 – Maquete Eletrônica CRAS



FACHADA

Componente 1 – Maquete Eletrônica CRAS



ANFITEATRO

Componente 1 – Maquete Eletrônica CRAS



SALA DE REUNIÃO

Componente 1 – Maquete Eletrônica CRAS



ÁREA EXTERNA

Componente 1 – Maquete Eletrônica

Complexo Mais Infância



PLANTA BAIXA

Componente 1 – Maquete Eletrônica Complexo Mais Infância



ÁREA EXTERNA

Componente 1 – Maquete Eletrônica Complexo Mais Infância



BRINQUEDOPRAÇA

Componente 1 – Maquete Eletrônica Complexo Mais Infância



ENTRADA E ACADEMIA

Componente 1 – Maquete Eletrônica Complexo Mais Infância



SALA DE EXPRESSÃO CORPORAL

Componente 1 – Maquete Eletrônica

Complexo Mais Infância



PÁTIO COBERTO

Componente 2 - Melhoria da Gestão e Planejamento dos Serviços Sociais

Objetivo - Este componente tem como objetivo aumentar a capacidade institucional da SPS para a implementação de políticas e estratégias de assistência social, bem como a capacidade de planejamento de políticas municipais de assistência social.

Está previsto o financiamento, entre outras, das seguintes ações:

- (i) formação em Políticas Sociais na modalidade de Educação a Distância (EaD);
- (ii) capacitação em gestão de unidades e prestação de serviços sociais (Programa de Capacitação Gerencial);
- (iii) desenvolvimento e/ou aquisição de um Sistema de Informação Gerencial da SPS; e
- (iv) capacitação em planejamento municipal de serviços sociais.

Administração Avaliação e Monitoramento

Objetivo - apoiar a SPS na execução do programa, monitoramento das atividades e medição dos resultados.

Estão previstos financiamentos, entre outras, para as seguintes atividades:

- (i) estudos, pesquisas e missões técnicas;
- (ii) avaliações (intermediárias e final)
- (iii) auditorias;
- (iv) Sistema de Gestão Financeira
- (v) Consultoria de apoio à UGP
- (vi) Aquisições/ aluguel de veículos e Material Permanente

UGP/Proares III

Secretária: Onélia Maria Moreira Leite de Santana

Coordenadora Geral: Maria Carmen Leão Almeida Vieira

Coordenadora Técnica: Maria de Fátima Lourenço Magalhães

Endereço: Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora /
CEP: 60.130-160 - Brasil- Ceará- Fortaleza/ (85) 3108-0705



ANEXO VI – Apresentação dos Documentos Socioambientais

**PROGRAMA DE APOIO ÀS
REFORMAS SOCIAIS DO CEARÁ
PROARES III - 2ª Fase (BR-L1612)**



Documentos Sociais e Ambientais

Carlos Halrik
Consultor



Consulta Pública Significativa
Fortaleza - CE
11 de Maio de 2023



Documentos Sociais e Ambientais da Etapa de Preparação do PROARES III - 2ª Fase



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



Sistema de Gestão Ambiental e Social



Plano de Engajamento de Partes Interessadas

**PROGRAMA DE APOIO ÀS
REFORMAS SOCIAIS DO CEARÁ
PROARES III - 2ª Fase (BR-L1612)**



Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE)



Consulta Pública Significativa
Fortaleza - CE
11 de Maio de 2023



TRABALHO
QUE DÁ
RESULTADO



Objetivos

A avaliação de impacto ambiental e social estratégica tem por objetivo atender as previsões do **Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS)** do BID, em especial **Padrões de Desempenho Ambiental e Social** estabelecidos no MPAS, considerando a natureza do Programa que envolve **operação de múltiplas obras**, que terão seus locais definidos a partir de processo participativo junto às Partes Interessadas.

A AASE deve **identificar e avaliar os potenciais efeitos adversos e positivos** sobre as populações locais, comunidades e ecossistemas, além de direcionar medidas preventivas e mitigadoras para minimizar esses efeitos.



Avaliação Ambiental e Social Estratégica

Buscou-se **estabelecer uma avaliação mais abrangente dos possíveis riscos e impactos do Programa** e seus componentes, direcionando as ações que serão apontadas no SGAS e no PEPI.

1. Apresentação

2. Descrição das intervenções do programa

- 2.1 Justificativa do projeto
- 2.2 Estrutura, componentes e intervenções

3. Diagnóstico ambiental e social do estado do Ceará

- 3.1 Caracterização do estado do Ceará
- 3.2 Quadro político-institucional do desenvolvimento socioambiental

4. Marco e políticas ambientais e sociais

- 4.1 Declaração de política
- 4.2 Padrões de desempenho ambiental e social e marco jurídico aplicável

5. Avaliação da capacidade organizacional para a gestão socioambiental do programa

- 5.1 Governança instalada para o programa
- 5.2 Experiência na área de atuação do programa
- 5.3 Experiência anterior com projetos de financiamento de organismos multilaterais equivalentes
- 5.4 Equipe socioambiental
- 5.5 Sistema de gestão ambiental e social e engajamento de PIS
- 5.6 Disponibilidade de recursos financeiros
- 5.7 Consolidação da avaliação

6. Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos potenciais do programa

- 6.1 Avaliação dos componentes com potencial de riscos e impactos
- 6.2 Metodologia de identificação e análise
- 6.3 Avaliação de riscos e impactos das obras civis

7. Identificação dos riscos de desastres nas áreas de influência dos projetos do programa

- 7.1 Cenário de desastres no Ceará
- 7.2 Institucionalização para ações de prevenção, resposta e recuperação

2. Descrição das intervenções do Programa



Avaliação Ambiental e Social Estratégica

PROARES III 2ª Fase

C1

- B** a) Centro de Educação Infantil (CEI) 
- B** b) Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CRAS) 
- B** c) Complexos Mais Infância (CMI) 

CEI



CRAS



CMI



2. Descrição das intervenções do Programa



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



Área média construída
420m²

(Variando de 380m² a 520m²)



Área média do terreno
1.120m²

(Variando de 900m² a 1.300m²)

CEI
Padrão I



Estruturas

Bloco Administrativo

Espera
Sala de Direção
Sala de Coordenação
Banheiros
Sala de Informática

Bloco de Serviços

Refeitório
Cantina
Cozinha



Mão de obra direta
10 trabalhadores



Tempo médio de obra
14 meses

Despensa
Depósito de Material de Limpeza
Área de Serviço
Banheiros
Casa do Gás
Casa do Lixo

Bloco de Berçário

Dormitório
Berçário/lactário
Fraldário
Banheiro

Bloco de Salas de Atividades

Salas de Atividades
Banheiros

Área de Recreação

Parque Infantil

Ficha Técnica Intervenções Componente 2
Centro de Educação Infantil (CEI)



2. Descrição das intervenções do Programa



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



Área média construída
630m²

(Variando de 500m² a 650m²)



Área média do terreno
1.680m²

(Variando de 1.500m² a 1.800m²)

CEI
Padrão II



Estruturas

Bloco Administrativo

Espera
Sala de Direção
Sala de Coordenação
Banheiros
Sala de Informática

Bloco de Serviços

Refeitório
Cantina
Cozinha

Despensa
Depósito de Material de Limpeza
Área de Serviço
Banheiros
Casa do Gás
Casa do Lixo

Bloco de Salas de Atividades

Salas de Atividades
Banheiros

Mão de obra direta
10 trabalhadores



Tempo médio de obra
14 meses



Ficha Técnica Intervenções Componente 2
Centro de Educação Infantil (CEI)



2. Descrição das intervenções do Programa



Avaliação Ambiental e Social Estratégica

CRAS



Área média construída
440m²

(Variando de 400m² a 500m²)



Área média do terreno
990m²

(Variando de 800m² a 1.100m²)



Estruturas

Recepção e espera

Secretaria

Coordenação

Arquivo

Sala de Atendimento

Sala de Atendimento Individualizado



Mão de obra direta
10 trabalhadores



Tempo médio de obra
18 meses

Palco Externo e

Arquibancada

Banheiros

Refeitório

Cozinha

Despensa

Área Circulação

Depósito

Casa da Bomba

Casa gás de cozinha

Lavanderia

Lixeira

Ficha Técnica Intervenções Componente 2

Centro de Referência da
Assistência Social (CRAS)



PROARES III 2ª Fase

2. Descrição das intervenções do Programa



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



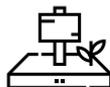
Área média construída
980m²

(Variando de 800m² a 1.200m²)



Mão de obra direta
15 trabalhadores

CMI



Área média do terreno
3.850m²

(Variando de 3.500m² a 4.000m²)



Tempo médio de obra
24 meses

Estruturas

Área externa

Areninha
Brinquedo
Praça
Academia
Areas pavimentadas
Jardins área externa

Dispensa
Brinquedo
Creche
Robótica
Informática
Sala multifuncional
Biblioteca
Música
Expressão corporal
Administrativo
Banheiro
Sala professores

Sala atendimento individual
Almoxarifado
Lavanderia

descarga
Área técnica (condensadores)
Abrigo de lixo
Abrigo de gás

Outras áreas

Pátio coberto
Pátio descoberto
Pátio interno biblioteca
Horta
Jardins área interna
Área de carga e

Área construída

Recepção
Salas capacitação e empreendedorismo



Ficha Técnica Intervenções
Componente 2

Implantação de Complexos
Mais Infância (CMI)



3. Diagnóstico ambiental e social do estado do Ceará



Avaliação Ambiental e Social Estratégica

O diagnóstico das **áreas de influência** é um importante *input* de informações para a **devida avaliação de riscos e impactos**.

Não foi possível, nesta etapa, a caracterização das áreas diretamente ou indiretamente afetadas pelos projetos, uma vez que as localidades das obras ainda não estão definidas.

O PROARES III 2ª Fase poderá abranger diversos municípios do Ceará, em diferentes macrorregiões do Estado.

AAASE apresenta um **diagnóstico temático de âmbito estadual**, abrangendo os **grandes temas** ambientais e sociais.

Diagnósticos específicos mais direcionados deverão ser considerados no âmbito específico de cada obra.



- Clima
- Relevô
- Solo
- Recursos hídricos
- Vegetação
- Fauna
- Unidades de conservação
- População
- Pobreza monetária
- Acesso à serviços básicos
- Educação
- Saúde
- Segurança pública
- Comunidades tradicionais

4. Marco e políticas ambientais e sociais



Avaliação Ambiental e Social Estratégica

O MPAS assegura o comprometimento do BID em ajudar os países da América Latina e o Caribe a desenvolver uma sociedade mais inclusiva e próspera, baseada na intrínseca relação entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental e social.

Os PDAS descrevem os requisitos a serem atendidos no desenvolvimento e implementação dos projetos.

Para os **padrões aplicáveis**, foram indicadas legislações nacionais e estaduais correlatas. São indicadas também, para cada PDAS, a compatibilidade a Legislação aplicável.



PDAS 1

Avaliação e gestão de riscos e impactos



PDAS 2

Mão de obra e condições de trabalho



PDAS 3

Eficiência de recursos e prevenção de poluição



PDAS 4

Saúde e segurança da comunidade



PDAS 5

Aquisição de terras e reassentamento involuntário



PDAS 6

Conservação da biodiversidade



PDAS 7

Povos indígenas



PDAS 8

Patrimônio cultural



PDAS 9

Igualdade de gênero



PDAS 10

Engajamento das partes interessadas

5. Avaliação da capacidade organizacional



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



6. Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos



IMPACTO	MEIO	RECURSOS	CLASSIFICAÇÃO					PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS										
			Fase	Vulnerabilidade	Duração	Escala	Gravidade	Probabilidade	POC	GMO	GEL	GRS	CVF	RAD	CPE	CSA	IGE	PAE
PADRÃO 2 Mão de Obra e Condições de Trabalho																		
Riscos relacionados à COVID em trabalhadores	Socio	Saúde	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Baixa										
Riscos relacionados a acidentes com trabalhadores	Socio	Saúde	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Alta										
Riscos relacionados à violência e doenças aos trabalhadores	Socio	Saúde	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Média										
Aumento de ocorrências criminais	Socio	Segurança	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Baixa										
PADRÃO 3 Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição																		
Geração de poeiras (material particulado)	Físico	Ar	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Certa										
Incremento do nível de poluição do ar (emissões)	Físico	Ar	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Certa										
Emissão de gases de efeito de estufa (GEE)	Físico	Ar	Implantação	Ausente	Temporário	Regional	Moderada	Certa										
Emissão de odores	Físico	Ar	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Média										
Aumento do consumo de água	Físico	Água	Ambas	Ausente	Permanente	Pontual	Baixa	Certa										
Alteração da qualidade da água do corpo receptor	Físico	Água	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Baixa										
Assoreamento de corpos hídricos	Físico	Água	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Rara										
Contaminação do solo por vazamento de óleo	Físico	Solos	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Baixa										
Geração de vibrações	Físico	Solos	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Certa										
Aumento dos níveis sonoros (ruído)	Físico	Ruído	Ambas	Ausente	Permanente	Pontual	Baixa	Certa										
Corte e Aterro (Perda de Solo)	Físico	Solos	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Alta										
Geração de processos erosivos	Físico	Solos	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Média										
Geração de resíduos sólidos não perigosos	Físico	Resíduos	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Certa										
Geração de resíduos sólidos perigosos	Físico	Resíduos	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Baixa	Alta										
Manejo inadequado de fertilizantes e pesticidas	Físico	Saúde	Operação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
Risco à saúde por fauna sinantrópica novata	Físico	Saúde	Ambas	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
PADRÃO 4 Saúde e Segurança da Comunidade																		
Aumento da demanda sobre os serviços públicos	Socio	Serviços	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Alta										
Interferências nas redes de serviços de utilidade pública	Socio	Serviços	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Alta										
Transtorno para população litorânea	Socio	População	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Certa										
Interferência no modo de vida de população vulnerável	Socio	População	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
Riscos de impactos desproporcionais em indivíduos ou grupos vulneráveis	Socio	População	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
Geração de expectativas sobre o empreendimento/obra	Socio	População	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Alta										
Aumento da arrecadação fiscal	Socio	Positivos	Implantação	Ausente	Temporário	Regional	Moderada	Certa										
Desenvolvimento da economia regional	Socio	Positivos	Implantação	Ausente	Temporário	Regional	Moderada	Alta										
Aumento da inclusão social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade	Socio	Positivos	Operação	Social	Permanente	Regional	Alta	Certa										
Expansão dos serviços sociais prestados	Socio	Positivos	Operação	Social	Permanente	Regional	Alta	Certa										
Riscos relacionados à exposição da comunidade a doenças	Socio	Saúde	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
Acidentes com transeuntes	Socio	Segurança	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Média										
Aumento do volume de tráfego	Socio	Tráfego	Ambas	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Alta										
Interferência no sistema viário local	Socio	Tráfego	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Alta										
Aumento de acidentes de trânsito	Socio	Tráfego	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Média										
Contato de trabalhadores ou comunidade com materiais perigosos	Socio	Saúde	Implantação	Ausente	Temporário	Pontual	Baixa	Baixa										
Discriminação de grupos vulneráveis aos benefícios do projeto	Socio	População	Ambas	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
Aumento da exposição da população a riscos naturais de desastres	Socio	Segurança	Ambas	Social	Temporário	Regional	Alta	Rara										
PADRÃO 5 Igualdade de gêneros																		
Riscos de prejuízos às oportunidades de trabalho relacionado a gênero	Socio	Gênero	Ambas	Social	Permanente	Pontual	Moderada	Alta										
Riscos de prejuízos na participação nos processos participativos	Socio	Gênero	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Baixa										
Riscos relacionados a doenças sexualmente transmissíveis	Socio	Gênero	Implantação	Social	Temporário	Regional	Alta	Baixa										
Riscos relacionados a Violência Sexual de Gênero	Socio	Gênero	Ambas	Social	Permanente	Regional	Alta	Baixa										
Riscos de impactos desproporcionais em mulheres, meninas e minorias sexuais e de gênero	Socio	Gênero	Implantação	Social	Temporário	Pontual	Moderada	Média										
Riscos de exclusão de pessoas dos benefícios do projeto devido ao seu gênero	Socio	Gênero	Ambas	Social	Permanente	Regional	Alta	Baixa										



Mão de Obra e Condições de Trabalho

A presença de trabalhadores pode significar riscos e impactos recaindo sobre eles próprios e também para as comunidades próximas e/ou diretamente afetadas pelas obras.

Avaliou-se os riscos **relacionados à COVID e outras doenças em trabalhadores, à acidentes de trabalho, riscos relacionados à violência aos trabalhadores e ao aumento de ocorrências criminais.**

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PCVF - Programa de Cont. de Vetores, Pragas e Fauna Nociva

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PAE - Planos de ação de emergência



Uso e Qualidade de Água

Os riscos e impactos relacionados ao uso e qualidade de águas nas obras do PROARES são aqueles relativos **aumento do consumo de água e geração de efluentes líquidos**, que é comum em obras equivalentes, mas de baixo impacto para as zonas urbanizadas em que devem ser realizadas.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGEL - Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos

6. Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos



Avaliação Ambiental e
Social Estratégica



Qualidade do Ar

No nível local, tem-se a geração de poeiras (material particulado), o incremento do nível de poluição do ar local por emissões (fumaça de equipamentos e veículos, por exemplo) e emissão de odores (por algum produto químico, esgoto doméstico ou resíduos sólidos indevidamente descartados).

Além disso, as atividades necessárias para implantação e operação dos equipamentos sociais tem potencial de emissão de gases de efeito de estufa (GEE).

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção
PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta
PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas



Geração de Ruídos

A geração de ruídos em obras de pequeno porte pode ter impacto no meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas que moram ou trabalham próximas ao local da obra. Os ruídos podem ser gerados pelo uso de máquinas e equipamentos de construção, como britadeiras, betoneiras, serras, entre outros. Esses ruídos podem causar incômodo e perturbação, afetando a qualidade de vida das pessoas.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção
PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra
PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta
PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas

6. Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos



Avaliação Ambiental e
Social Estratégica



Perda ou Poluição de Solos

Durante a realização de obras, pode ocorrer a remoção do solo natural por corte e aterro. Essa perda pode causar a compactação do solo remanescente, reduzindo sua permeabilidade e sua capacidade de retenção de água, o que pode levar, em situações mais extremas, a enchentes e deslizamentos de terra em períodos de chuva intensa.

Também pode ocorrer a contaminação do solo por produtos químicos, como combustíveis, óleos lubrificantes, solventes, entre outros.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção
PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
PCPE - Programa de Cont. Proc. Erosivos e Rem. de Solos



Geração de Resíduos Perigosos e Não Perigosos

A geração de resíduos em obras de pequeno porte é inevitável e pode incluir tanto resíduos perigosos quanto não perigosos.

Os resíduos perigosos são aqueles que possuem características que podem representar riscos para a saúde humana e para o meio ambiente, como produtos químicos, baterias, lâmpadas fluorescentes, entre outros.

Já os resíduos não perigosos são aqueles que não representam riscos significativos para a saúde humana e para o meio ambiente, como resíduos de construção e demolição, como concreto, madeira, metais, entre outros.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção
PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos



Saúde da população

Ponto de atenção: fauna sinantrópica nociva, que é adaptada ao ambiente urbano e pode causar danos à saúde humana, como mosquitos, ratos, baratas, entre outros.

A exposição da comunidade a doenças pode ser aumentada também pela atração de mão de obra para a região. A chegada de trabalhadores pode levar ao aumento de circulação de pessoas e a disseminação de doenças infectocontagiosas, como COVID, gripes, resfriados, entre outras, incluindo aquelas infecciosas de transmissão sexual (IST's).

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PCVF - Programa de Cont. de Vetores, Pragas e Fauna Nociva

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas

PAE - Planos de ação de emergência



Segurança da População

O aumento da circulação de pessoas em função das obras pode representar riscos à segurança da população local, principalmente se já houver histórico de violência na região. O aumento do fluxo de pessoas pode atrair a atenção de criminosos, podendo aumentar ocorrências de roubos, furtos e outros tipos de violência. Além disso, a realização de obras, ainda que de pequeno porte, pode aumentar a circulação de veículos na região, o que pode aumentar o risco de acidentes de trânsito.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PCVF - Programa de Cont. de Vetores, Pragas e Fauna Nociva

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas

PAE - Planos de ação de emergência

6. Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



Serviços

A atração de população interessada nos empregos gerados pelas obras, ou mesmo o incremento de demanda pelos trabalhadores contratados, pode gerar aumento da demanda sobre os serviços públicos, como por exemplo serviço de saúde.

Outra forma de impacto da realização das obras com os serviços públicos é a interferências nas redes de serviços de utilidade pública, seja por danos físicos indesejáveis em redes de água, esgoto, telefonia, seja pelo aumento da demanda sobre o fornecimento destes serviços.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas



População em Situação de Vulnerabilidade

Para o caso do PROARES III 2ª Fase, espera-se um alto potencial de presença de indivíduos ou grupos vulneráveis na área direta ou indiretamente afetada pelas obras, podendo ser afetados negativamente por alguns dos riscos ou impactos aqui tratados, e ainda, certamente, farão parte como beneficiários da operação por meio da utilização dos equipamentos sociais a serem implantados pelo Programa.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas

6. Identificação e análise preliminar dos riscos e impactos



Avaliação Ambiental e
Social Estratégica



Igualdade de Gênero

Para o PROARES III 2ª Fase, identificou-se os riscos de prejuízos às oportunidades de trabalho relacionado a gênero, riscos de prejuízos na participação nos processos participativos, riscos relacionados a infecções sexualmente transmissíveis, riscos relacionados à Violência Sexual de Gênero (VSG), riscos de impactos desproporcionais em mulheres, meninas e minorias sexuais e de gênero e riscos de exclusão de pessoas dos benefícios do projeto devido ao seu gênero.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas



Impacto Positivos

Os principais impactos positivos esperados do PROARES III 2ª Fase são aqueles relacionados à expansão dos serviços sociais prestados e ao aumento da inclusão social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, que deverão ocorrer majoritariamente na fase de operação dos equipamentos sociais.

Porém, ainda na fase de implantação das obras poderão ser notados, ainda que em baixa escala dado o porte das obras, o aumento de postos de trabalho para as obras, aumento da arrecadação fiscal municipal e o desenvolvimento da economia regional, em função do aumento da renda dos trabalhadores e a aquisição de insumos e equipamentos.

Programas ambientais em resposta

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

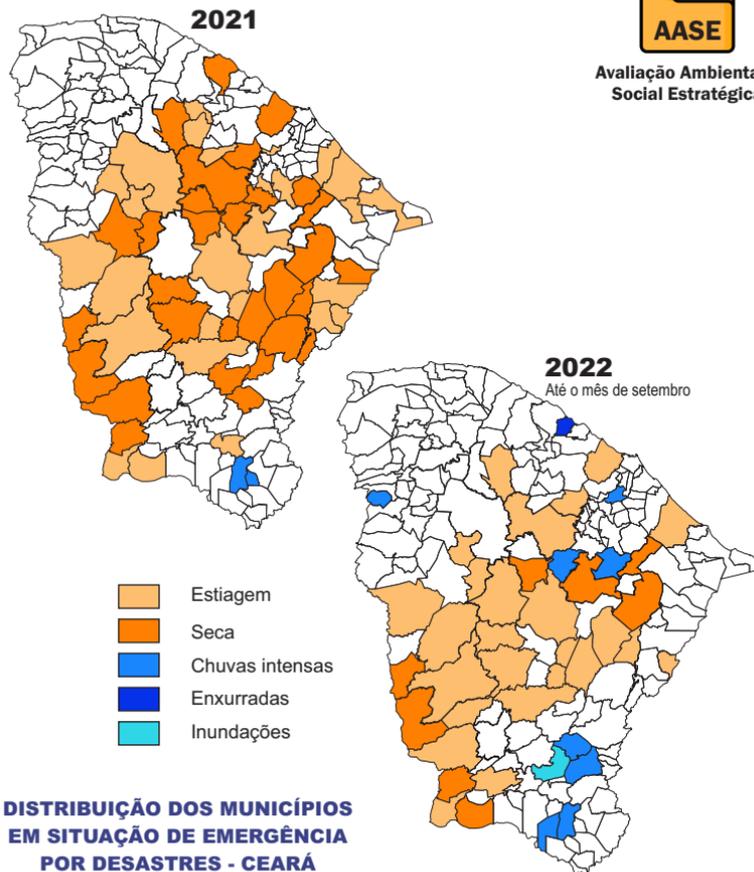
PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas

7. Identificação dos riscos de desastres

A exemplo do tratamento dado ao diagnóstico socioambiental na AASE, a **área de estudo considerada para identificação de riscos relacionados a desastres será todo o Estado do Ceará**, uma vez que ainda não se conta com a definição dos municípios e locais irão receber os equipamentos sociais.



Avaliação Ambiental e Social Estratégica



**PROGRAMA DE APOIO ÀS
REFORMAS SOCIAIS DO CEARÁ
PROARES III - 2ª Fase (BR-L1612)**



Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS)



Consulta Pública Significativa
Fortaleza - CE
11 de Maio de 2023



TRABALHO
QUE DÁ
RESULTADO



Objetivos

A partir da **Avaliação Ambiental e Social Estratégica** do PROARES III 2ª Fase, o SGAS apresenta todas as definições apontadas como necessárias no MPAS e **estabelece o processo de gestão socioambiental proporcional e específico ao Programa**, incluindo todo ciclo de vida dos projetos.

Segundo o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID (MPAS), o SGAS incorporará os seguintes elementos:



-  Estrutura específica ao projeto ambiental e social
-  Identificação de riscos e impactos
-  Programas de gestão
-  Capacidade e competência organizacional
-  Preparação e resposta a emergências
-  Engajamento de partes interessadas
-  Monitoramento e revisão



Sistema de Gestão Ambiental e Social



1. Apresentação

2. Estrutura geral do SGAS

3. Capacidade organizacional

3.1. Papéis e responsabilidades na gestão de riscos e impactos ambientais e sociais

4. Marco de gestão ambiental e social (MGAS)

4.1. Critérios sociais e ambientais de elegibilidade dos terrenos

4.2. Atendimento das legislações federais, estaduais e municipais

4.3. Identificação de riscos e impactos

4.4. Engajamento de partes interessadas

4.5. Programas ambientais

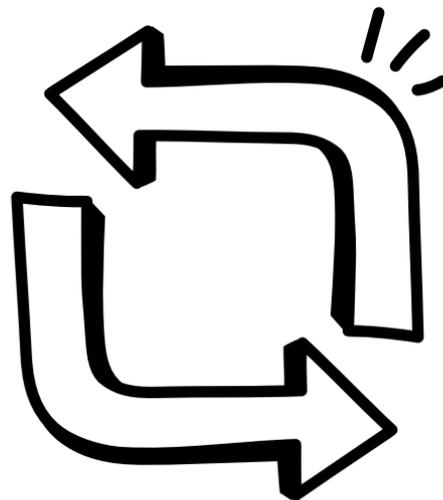
4.6. Monitoramento e revisão

2. Estrutura geral do SGAS



O SGAS deverá **garantir que a UGP, em coordenação com as demais instâncias** da governança do Programa, possa **gerir os riscos e impactos de modo consistente**, adotando a hierarquia de mitigação, e primando por evitar que impactos negativos recaiam desproporcionalmente sobre os desfavorecidos ou vulneráveis e que estes não sejam prejudicados na partilha dos benefícios e oportunidades de desenvolvimento resultantes do Programa, como é prerrogativa do MPAS.

Para isso, englobando e consolidando o processo específico para o PROARES III 2ª Fase, criou-se o **Fluxo do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS)** apresentado na sequência. O Fluxo compreende 22 etapas divididas em duas fases do Programa, e em quatro passos para a fase de implementação, incluindo duas etapas de engajamento de partes interessadas (CAE e MDQ) transversais a todo ciclo de vida do Programa.



Fluxo do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS)

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES III 2ª Fase



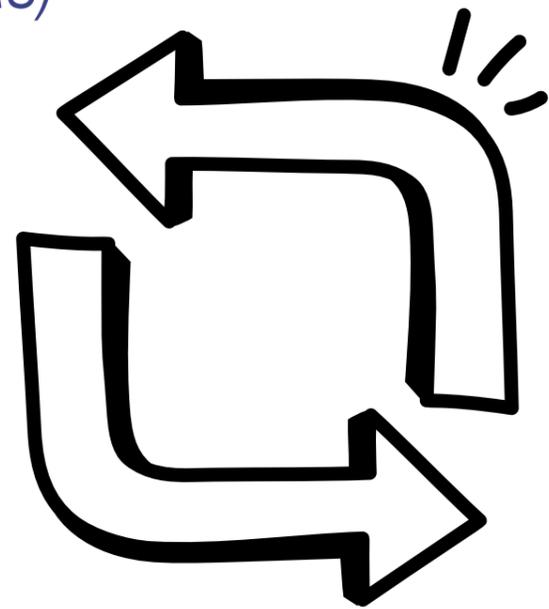
PREPARAÇÃO

Elaboração dos documentos ambientais e sociais

- Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE)
- Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS)
- Plano de Participação de Partes Interessadas (PPPI)

Consulta Pública Significativa dos documentos

- 1. Pré Seleção de municípios** para receber a instalação de equipamento social do PROARES a partir do *Ranking* de Vulnerabilidade de municípios do Estado do Ceará
- 2. Gestão junto à prefeitura** para verificar interesse do município e disponibilidade da contrapartida
- 3. Verificação dos terrenos** disponíveis na prefeitura que cumpram os critérios de projeto e socioambientais
- 4. Realização de uma ou mais oficinas** com a população potencial de receber os benefícios, conforme Plano Participativo Municipal (PPM), para seleção participativa de local e qual instalação mais adequada (CEI, CRAS ou CMI)



IMPLEMENTAÇÃO

- 5. Elaboração de Avaliação Ambiental e Social (AAS)**
- 6. Identificação e análise** de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP)
- 7. Elaboração de PGAS** específico da obra
- 8. Obtenção da Licença Ambiental** ou dispensa de Licenciamento no órgão licenciador responsável
- 9. Inclusão nos Termos de Contratação** da executora a obrigatoriedade de cumprimento do PGAS, das condicionantes das Licenças aplicáveis e do MPAS
- 10. Consulta significativa** das partes interessadas para início da obra

- 11. Execução dos PGAS** em concordância com sua temporalidade necessária em relação ao cronograma de obra, com atenção especial as ações antecipatórias previstas
- 12. Cumprimento das condicionantes** das licenças obtidas
- 13. Divulgação das informações** ambientais e sociais para população

- 14. Monitoramento, controle e registro** de não conformidades sociais e ambientais durante toda a fase de obras
- 15. Registro do histórico** ações ambientais e sociais aplicadas, não conformidades enfrentadas, medidas de controle realizadas, e resultados socioambientais obtidos
- 16. Realização de visitas periódicas** de supervisão nas obras
- 17. Realização de diligências socioambientais in loco** pela UGP
- 18. Relatório de reporte** da UGP para o BID

OPERAÇÃO

▲ ■ ◆ CAE - Comunicação ativa específica (obras, operação, resultados)

▲ ■ ◆ MDQ - Mecanismo de demandas, reclamações e queixas

LEGENDA

- ▲ Governo do Estado
- BID
- ◆ Municípios
- ◆ Construtoras
- Supervisora

PASSO 1
DEFINIÇÃO

PASSO 2
CONTRATAÇÃO
CONFORMIDADE AMBIENTAL
ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS
SGAS

PASSO 3
OBRAS
EXECUÇÃO DOS
PROCEDIMENTOS
OPERACIONAIS
DO SGAS

PASSO 4
MONITORAMENTO
E CONTROLE

3. Capacidade organizacional



Sistema de Gestão Ambiental e Social



4.1. Critérios sociais e ambientais de elegibilidade dos terrenos



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

Condicionantes

- ✓ O terreno selecionado deverá contar com regularização fundiária, em titularidade da prefeitura, sem impedimentos jurídicos para utilização no Programa
- ✓ O terreno obrigatoriamente estará inserido em região antropizada, e livre de vegetação que demande desmatamento (O terreno poderá contar com árvores isoladas, sendo obrigatório a solicitação de autorização de corte de indivíduos isolados junto à prefeitura)
- ✓ O terreno selecionado deverá contar com acesso à abastecimento de água, de preferência de distribuidora cadastrada na prefeitura
- ✓ O terreno selecionado deverá contar com acesso à energia elétrica
- ✓ O terreno selecionado deverá permitir uma efetiva solução de destinação do esgotamento doméstico a ser gerado na operação das instalações, seja por meio de acesso a rede de esgoto existente, seja por condições de solo e lençol freático que permitam a implantação de fossas sépticas
- ✓ O terreno selecionado deverá, sempre que possível, contar com facilidade e segurança de acesso para pedestres
- ✓ O terreno selecionado deverá levar em consideração a disponibilidade de transporte público para a localidade

4.1. Critérios sociais e ambientais de elegibilidade dos terrenos



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

Exclusões

- × O terreno não poderá estar inserido em área de Unidades de Conservação de Proteção Integral
- × O terreno não poderá estar inserido em Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral
- × O terreno não poderá estar inserido em área de Assentamentos Rurais
- × O terreno não poderá estar inserido em área de Assentamentos Quilombolas
- × O terreno não poderá estar inserido em área que apresente características de habitats naturais conservados
- × O terreno selecionado não poderá estar em Área de Preservação Permanente – APP
- × Não serão autorizadas obras que demandem solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação - ASV
- × O terreno não poderá estar inserido em área de ocupação de comunidades tradicionais, nem a distância que possa causar qualquer tipo de impacto negativo direto ou indireto a qualquer comunidade tradicional

4.1. Critérios sociais e ambientais de elegibilidade dos terrenos



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

Exclusões

- × Não serão utilizados quaisquer terrenos que não sejam de posse das prefeituras selecionadas, estando livre de ocupação
- × Fica vedada a realização de qualquer deslocamento físico ou econômico de indivíduos ou grupos em função das obras
- × O terreno selecionado não poderá estar localizado em área com potencial de impacto em patrimônio cultural. Qualquer descoberta incidental deverá ser tratada como não conformidade, seguida da avaliação de solução de contorno, que poderá ser a alteração do local das obras (se a fase do projeto permitir), além da elaboração e implantação de programa de achados fortuitos, com procedimentos de comunicação ao IPHAN e órgãos estaduais e municipais competentes
- × O terreno selecionado não poderá estar em locais de significativo ou alto risco de desastres, como inundações, desmoronamentos, etc.

4.3 Identificação de riscos e impactos



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

As características do PROARES III 2ª Fase não permite que seja realizada na etapa de preparação uma **avaliação de riscos e impactos no nível específico de cada obra**, uma vez que faz parte do ciclo de vida do Programa a definição de municípios e locais que serão implantados os equipamentos sociais, contanto inclusive com a participação da população beneficiária na tomada de decisão.

Como ferramenta deste SGAS, deverá ser elaborada **Avaliação Ambiental e Social (AAS)** prévios e específicos para cada obra.



4.5 Programas ambientais

O Plano de Gestão Ambiental e Social (**PGAS**) é um instrumento que **detalha as medidas** a serem tomadas durante a implementação e operação de um projeto para eliminar ou neutralizar os impactos socioambientais adversos ou reduzi-los a níveis aceitáveis, incluindo a definição de ações necessárias para implementar estas medidas.

AUGP exigirá que as executoras elaborem um PGAS específico para cada obra, incorporando os **programas ambientais** definidos neste SGAS, que forem aplicáveis ao caso concreto, e ainda, definindo novas medidas identificadas como necessárias a partir da avaliação de riscos e impactos específica da obra.

Novas medidas específicas poderão ser identificadas e incorporadas nos PGAS a partir do processo de engajamento de partes interessadas.



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

PASC - Programa Ambiental e Social de Construção

PGMO - Programa de Gestão de Mão de Obra

PGEL - Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos

PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

➔ **PCVF** - Programa de Controle de Vetores, Pragas e Fauna Nociva

PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

PCPE - Programa de Controle de Processos Erosivos e Remediação de Solos

PCSA - Programa de Comunicação, Sinalização e Alerta

PIGE - Programa de Igualdade de Gênero

PEPA - Plano de Engajamento de Pessoas Afetadas

PAF - Programa de Achados Fortuitos

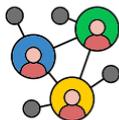
PAE - Planos de ação de emergência

6. Engajamento de partes interessadas



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

Identificação e análise de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP)



 AAS

Definição de representantes



 AAS

Consulta significativa das partes interessadas para início da obra



Divulgação de informações



7. Monitoramento e revisão



Sistema de Gestão
Ambiental e Social

A UGP acompanhará através de **Diligências Ambientais e Sociais** a conformidade da aplicação deste SGAS por seus executores. O monitoramento e a avaliação de desempenho em termos de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais serão feitos por obra.

Além disso, a UGP realizará avaliações ambientais e sociais das operações, por meio de **Diligências Ambientais *in loco***, em conformidade com o PDAS 1. Por sua vez, **o BID realizará seu próprio acompanhamento ambiental e social das operações.**

Os resultados das **Diligências Ambientais e Sociais** das obras serão agregados por meio de relatórios internos periódicos, bancos de dados e relatórios semestrais para o BID. **A UGP elaborará Relatórios Semestrais de Desempenho Ambiental e Social do PROARES III 2ª Fase para serem apresentados ao BID e disponibilizados publicamente.**



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE APOIO ÀS
REFORMAS SOCIAIS DO CEARÁ
PROARES III - 2ª Fase (BR-L1612)**



Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI)



Consulta Pública Significativa
Fortaleza - CE
11 de Maio de 2023

Objetivos

O engajamento das partes interessadas é um processo inclusivo, conduzido ao longo do ciclo de vida de um projeto.

O MPAS estabelece o Padrão 10 de Desempenho Ambiental e Social - Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações, que deve ser aplicado a todos investimentos financeiros apoiados pelo Banco.

O PEPI é a ferramenta utilizada para garantir que todas as partes interessadas relevantes sejam envolvidas e participem adequadamente do processo de tomada de decisão, gestão de riscos e impactos socioambientais e maximização dos benefícios esperados do PROARES III 2ª FASE.



Plano de Participação de Partes Interessadas



2. Apresentação

3. Identificação e análise das partes interessadas

3.1. Metodologia e conceitos utilizados

3.2. Partes Interessadas

3.3. Indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis

4. Engajamento durante a preparação do programa

4.1. Consulta pública significativa dos documentos

4.2. Principais PIS a serem mobilizadas nesta etapa

5. Engajamento durante a implementação do programa

5.1. Plano participativo municipal – PPM

5.2. Comunicação ativa específica – CAE

5.3. Divulgação de resultados - DDR

6. Mecanismo de demandas, reclamações e queixas

6.1. Canal de atendimento

6.2. Procedimento específico PROARES III 2ª fase

7. Capacidade organizacional e compromisso

3. Identificação e análise das partes interessadas

Necessário
atualização na
AAS



Plano de Participação
de Partes Interessadas

Listagem das Partes Interessadas

→ Categoria →	Pessoas Afetadas pelo Projeto Outras partes interessadas (Possam ter Interesse no Projeto)
→ Influência →	Participam no planejamento, implementação e/ou operação Influenciam diretamente no planejamento, implementação e/ou operação Influenciam indiretamente no planejamento, implementação e/ou operação Pouca ou nenhuma influência
→ Papel →	Execução Gestão Financiador Município beneficiário e contrapartida Regulador Beneficiário Interessado Impactado
→ Tipo →	Indivíduos Grupos Banco Empresa Privada Organização da Sociedade Civil Organizações não governamentais Organizações governamentais
→ Desfavorecidos ou vulneráveis	

Nível de Engajamento



Ações de Engajamento

- CPS** - Consulta pública significativa dos documentos
- PPM** - Plano Participativo Municipal – Engajamento na tomada de decisão (PPM)
- CAE** - Comunicação ativa específica (obras, operação, resultados)
- DDR** - Divulgação de resultados
- MDQ** - Mecanismo de demandas, reclamações e queixas

4. Engajamento durante a preparação do programa



Plano de Participação
de Partes Interessadas

CPS - Consulta pública significativa dos documentos

A Consulta Pública Significativa - CPS tem o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Programa planeja engajar as partes interessadas gerir os riscos e impactos sociais e ambientais ao longo de sua execução.



5. Engajamento durante a implementação do programa



Plano de Participação
de Partes Interessadas



PPM

Plano Participativo
Municipal –
Engajamento na
tomada de decisão

O Plano Participativo
Municipal (PPM) é um
instrumento continuado
dos PROARES
anteriores, que se
mostrou bastante
efetivo no engajamento
das partes
interessadas, em
especial para as PAPs.



MDQ

Mecanismo de
demandas,
reclamações e queixas

O canal a ser utilizado
para recebimento de
demandas, reclamação
e queixas será o já
consolidado Ceará
Transparente

Ouvidoria
Faça aqui uma sugestão, elogio, denúncia, reclamação ou solicite
algum serviço.
Acesso rápido
[Acessar página de Ouvidoria](#) [O que é Ouvidoria?](#)

REGISTRAR NOVA MANIFESTAÇÃO **ACOMPANHAR MANIFESTAÇÃO**

As obras deverão
contar também com
canal direto com algum
responsável definido
na obra.



CAE

Comunicação ativa
específica (obras,
operação, resultados)

Durante a
implementação os
mutuários devem
divulgar informações
atualizadas às partes
interessadas sobre
mudanças no escopo,
no cronograma, nos
riscos ou impactos,
assim como mudanças
na área de influência
do projeto, e manter
um diálogo aberto e
relacionamentos com
as partes interessadas



DDR

Divulgação de
resultados

A divulgação dos
documentos
específicos de cada
obra deverá ocorrer no
âmbito local, para fácil
acesso das partes
interessadas. Os
PGAS deverão
identificar os canais
mais adequados para
divulgação local destes
documentos.

Obrigado!